



ACADEMIA MILITAR

A APLICABILIDADE DO INTELLIGENCE-LED POLICING NAS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Hugo Miguel Lopes Morgado

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Paulo Miguel Lopes De Barros Poiares

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020



ACADEMIA MILITAR

A APLICABILIDADE DO INTELLIGENCE-LED POLICING NAS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Hugo Miguel Lopes Morgado

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Paulo Miguel Lopes De Barros Poiares

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020

EPÍGRAFE

“Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.”

(Artigo 12.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos
Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 1948))

DEDICATÓRIA

À minha família e amigos por todo o apoio e
motivação que me deram para ultrapassar os obstáculos do
caminho que percorri.

AGRADECIMENTOS

Nesta fase final deste trabalho de investigação, importa fazer referência e deixar aqui expresso o agradecimento a um conjunto de entidades, sem as quais o presente trabalho não poderia ter sido realizado.

Começo por agradecer ao meu orientador, o Senhor Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Paulo Miguel Lopes De Barros Poiares, pelo enorme apoio que me deu desde o início do trabalho e pelo tempo despendido para me auxiliar nesta etapa.

Ao Senhor Jonathan Borrett, pela sua disponibilidade e amabilidade na ajuda da concretização do trabalho de investigação, sobretudo por todo o conhecimento que me veio a transmitir.

Ainda relativamente à concessão das entrevistas, deixo aqui também reconhecido o meu profundo agradecimento ao Senhor Capitão de Infantaria da GNR Tiago Delgado, ao Senhor Capitão de Infantaria da GNR Luis Maciel, ao Senhor Capitão de Infantaria da GNR José Portugal e ao Senhor Sargento do Westminster Police Department Kevin MacCormick.

Evidencio ainda aqui o meu agradecimento à Senhora Professora Doutora Ana Romão da Academia Militar pelo apoio e pelo esclarecimento de algumas dúvidas que fui tendo ao longo desta investigação, nomeadamente a nível da metodologia.

Agradeço também, à Direção dos cursos da GNR da Academia Militar por me ter auxiliado na tarefa de contactar algumas das entidades acima referidas para a elaboração das respetivas entrevistas.

Termino agradecendo aos meus familiares e amigos e, especialmente aos meus camaradas do 25.º Curso de Formação de Oficiais da GNR, pelo enorme apoio e motivação que me deram ao longo destes anos.

A todos vós, uma vez mais
muito obrigado!
Hugo Morgado

RESUMO

O presente trabalho de investigação aplicada encontra-se subordinado ao tema “Aplicabilidade do Intelligence-Led Policing nas Zonas Urbanas Sensíveis” e tem como objetivo perceber se o Intelligence-Led Policing conceptualizado e colocado em prática pelos britânicos é aplicável às Zonas Urbanas Sensíveis ao encargo da Guarda Nacional Republicana.

A nível da metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, será realizada uma metodologia qualitativa tendo por base essencialmente a análise documental de um conjunto de livros e de artigos relativos à matéria em estudo, nomeadamente para a realização do enquadramento teórico e da revisão da literatura, bem como a realização de entrevistas a comandantes específicos, finalizando-se com a análise de conteúdo das mesmas.

A investigação encetada permite concluir que o modelo de policiamento orientado pelas informações usado pelas forças de segurança inglesas é a base do Modelo de Inteligência Nacional, com o objetivo primordial da função policial – a prevenção do crime. Através de uma análise do crime a nível temporal e espacial, é formulado uma espécie de mapeamento de zonas onde crime é mais provável que aconteça – pontos quentes ou hotspots. É possível verificar que existe toda uma máquina enorme por detrás desta capacidade analítica que dá forma ao Modelos de Inteligência Nacional, capacidade esta que também existe na Guarda Nacional Republicana, mas não com o nível de especificidade e organização. A eficácia deste tipo de modelo vai variar com vários fatores, dos quais o conhecimento do ambiente criminal e do terreno por parte dos comandantes das polícias das zonas é essencial. Neste âmbito inserem-se as Zonas Urbanas Sensíveis que, com as suas características próprias, apresentam certos obstáculos à ação policial e a este modelo de policiamento. Conclui-se que tanto em Inglaterra como em Portugal o modelo é aplicável e é já usado pelos comandantes, mas em moldes diferentes.

Palavras – Chave: Policiamento Orientado pelas Informações; Zonas Urbanas Sensíveis, Informações; Policiamento, Modelo de Inteligência Nacional.

ABSTRACT

The present work of applied research is subordinated to the theme “Applicability of Intelligence-Led Policing in Sensitive Urban Areas” and aims to understand if the Intelligence-Led Policing conceptualized and put into practice by the British is applicable to Urban Areas Sensitive to the charge of the Republican National Guard.

In terms of the methodology used for the preparation of this work, a qualitative methodology will be carried out, based essentially on the documentary analysis of a set of books and articles related to the subject under study, namely for the realization of the theoretical framework and literature review, as well as conducting interviews with specific commanders, ending with their content analysis.

The investigation launched allows us to conclude that the information-oriented policing model used by English security forces is the basis of the National Intelligence Model, with the primary objective of the police function - crime prevention. Through an analysis of crime at the temporal and spatial level, a kind of mapping of areas where crime is more likely to happen - hot spots or hotspots is formulated. It is possible to verify that there is a huge machine behind this analytical capacity that shapes the Models of National Intelligence, a capacity that also exists in the National Republican Guard, but not with the level of specificity and organization. The effectiveness of this type of model will vary with several factors, of which the knowledge of the criminal environment and the terrain by the commanders of the police of the zones is essential. In this context, the Sensitive Urban Zones are inserted, which, with their own characteristics, present certain obstacles to police action and to this policing model. It follows that both in England and in Portugal the model is applicable and is already used by commanders, but in different ways.

Keywords: Intelligence-led Policing; Sensitive Urban Areas; Intelligence; Policing; National Intelligence Model.

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|--------------|
| EPÍGRAFE | i |
| DEDICATÓRIA | ii |
| AGRADECIMENTOS | iii |
| RESUMO | iv |
| ABSTRACT | v |
| ÍNDICE GERAL | vi |
| ÍNDICE DE FIGURAS | viii |
| ÍNDICE DE QUADROS | viii |
| LISTA DE APÊNDICES E | ix |
| LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS | ii |
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| PARTE I_ ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA | 4 |
| CAPÍTULO 1. INTELLIGENCE-LED POLICING | 4 |
| 1.1. Definição do modelo..... | 4 |
| 1.2. Origem do Intelligence-led Policing | 7 |
| 1.3. O processo do Intelligence-led Policing | 9 |
| 1.4. Requisitos da aplicabilidade do Intelligence-led Policing..... | 11 |
| CAPÍTULO 2. A APLICAÇÃO DO INTELLIGENCE-LED POLICING NO REINO UNIDO | 15 |
| 2.1. O Intelligence-Led Policing no Reino Unido..... | 15 |
| 2.2. O Modelo de Inteligência Nacional do Reino Unido..... | 17 |
| 2.3. O Modelo Nacional de Inteligência fora do Reino Unido | 19 |
| CAPÍTULO 3. ZONAS URBANAS SENSÍVEIS | 21 |
| 3.1. Definição do conceito ZUS | 21 |
| 3.2. Hotspot | 22 |
| 3.3. Áreas de elevada criminalidade..... | 23 |
| CAPÍTULO 4. | CONCLUSÕES |
| PRELIMINARES | 24 |
| PARTE II_ TRABALHO DE CAMPO | 25 |
| CAPÍTULO 5. | METODOLOGIA, |
| MÉTODOS E MATERIAIS UTILIZADOS | 25 |

| | |
|---|-------------------------------------|
| 5.1. Introdução..... | 25 |
| 5.2. Metodologia do trabalho de campo..... | 25 |
| 5.3. Procedimentos e técnicas | 26 |
| 5.4. Observação Direta..... | 27 |
| 5.4.1. Entrevistas | 27 |
| 5.4.2. Métodos utilizados | 27 |
| 5.5. Síntese | 27 |
| CAPÍTULO 6. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS..... | 29 |
| 6.1. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 1..... | 29 |
| 6.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 2..... | 30 |
| 6.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 3..... | 30 |
| 6.4. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 4..... | 31 |
| 6.5. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 5..... | 31 |
| 6.6. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 6..... | 32 |
| 6.7. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 7..... | 32 |
| 6.8. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 8..... | 33 |
| 6.9. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 9..... | 34 |
| CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 35 |
| Resposta às Perguntas Derivadas | 35 |
| Resposta à Pergunta de Partida | 37 |
| Confirmação dos Objetivos da Investigação | 39 |
| Considerações Finais..... | 39 |
| Limitações da Investigação | 40 |
| Recomendações quanto a Investigações Futuras | 40 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 41 |
| Livros, artigos e outros documentos | 41 |
| Legislação e outros documentos | 43 |
| APÊNDICES | I |
| APÊNDICE A- GUIÃO DA ENTREVISTA..... | I |
| APÊNDICE B- JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA | II |
| APÊNDICE C- ENTREVISTAS | II |
| APÊNDICE A- GUIÃO DA ENTREVISTA..... | VII |
| APÊNDICE B- BREVE ENQUADRAMENTO..... | Erro! Marcador não definido. |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Posicionamento PC e POP | 6 |
| Figura 2 – Posicionamento ILP. | 7 |
| Figura 3 – Modelo 3-i..... | 10 |
| Figura 4 – MIN..... | 18 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro n.º 1 – Justificação da amostra selecionada. | II |
| Quadro n.º 2 – Entrevista E1. | II |
| Quadro n.º 3 – Entrevista E2. | IV |
| Quadro n.º 4 – Entrevista E3 | IV |
| Quadro n.º 4 – Entrevista E4 | V |

LISTA DE APÊNDICES E

Apêndices

| | |
|-------------------|-------------------------|
| Apêndice A | Guião de entrevista |
| Apêndice B | Justificação da amostra |
| Apêndice C | Entrevistas |

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

| | |
|---------------|---|
| AM | Academia Militar |
| GNR | Guarda Nacional Republicana |
| ILP | Intelligence-led Policing |
| MIN | Modelo de Inteligência Nacional |
| n.º | Número |
| n.os | Números |
| NEP | Norma de Execução Permanente |
| NJSP | New Jersey State Police |
| OE | Objetivo geral |
| OG | Objetivos específicos |
| p. | Página |
| PC | Policiamento Comunitário |
| PD | Perguntas Derivadas |
| POP | Policiamento orientado para os problemas |
| PP | Pergunta de Partida |
| pp. | Páginas |
| PSP | Polícia de Segurança Pública |
| RCFTIA | Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada |
| SIOP | Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia |
| TIA | Trabalho de Investigação Aplicada |
| UBP | Unit Beat Police |
| ZUS | Zonas Urbanas Sensíveis |
| WPD | Westminster Police Department |

INTRODUÇÃO

Uma realidade vivida em todo o mundo, pior nuns países que outros, mas, não deixa de ser real e atual e algo que vai evoluir e mudar todo o mundo ocidental, pouco a pouco – as zonas urbanas sensíveis (ZUS).

Basta olha para alguns países vizinhos, como Inglaterra e França, países que devido à falta de mecanismos de controlo de imigração têm vindo a sofrer uma mudança radical na sua demografia. Denominadas ZUS ou também chamados por alguns nos dias de hoje, “*no-go zones*”, são áreas que sofrem de diversas condições, que afetam os seus moradores e consequentemente a criminalidade nelas.

Ao voltarmos a atenção para Portugal, podemos reparar que também existem nas cidades e localidades, estas zonas, ordinariamente denominadas por bairros sociais. E as forças de segurança percebem o quão difícil é o policiamento nelas. É por este âmbito que se pode justificar a escolha do tema. Com as novas tecnologias vieram métodos e ferramentas que ajudam no policiamento. O Intelligence-Led Policing (ILP) apesar de não ser recente, veio aproveitar essas tecnologias, principalmente num produto final de mapeamento de crimes para ajuda no patrulhamento preventivo.

Como objetivo geral (OG) deste TIA pretende-se aplicar todas as competências e conhecimentos necessários no decurso da frequência do Mestrado como também o desenvolvimento de capacidades para uso futuro no decorrer de futuras funções e investigar se os modelos ILP implementados em Inglaterra poderão funcionar com o atual funcionamento da GNR a nível territorial e perceber que lições se podem retirar dos modelos ingleses.

Este trabalho de investigação assume como OG perceber o que é que os modelos ILP em Inglaterra possuem de modo a verificar a sua aplicabilidade nas ZUS portuguesas pela GNR. Para que este OG seja alcançável, torna-se necessário atingir os seguintes OE:

1. Perceber como é que o ILP funciona a nível das policias em Inglaterra;
2. Comparar a eficácia do ILP e os outros modelos de Policiamento;
3. Estudar o Modelo de Inteligência Nacional;
4. Analisar as ZUS inglesas e portuguesas e retirar ilações quanto ao policiamento nestas;

Segundo Bryman (2012) uma questão obriga o próprio investigador a ser mais explícito sobre aquilo que irá ser alvo de investigação. Desta forma, de modo a poder fornecer as respostas adequadas aos objetivos anteriormente descritos formulou-se como pergunta de partida (PP) a seguinte questão: “Será o modelo de policiamento orientado pelas informações implementado nas polícias de Inglaterra aplicável à GNR no combate à criminalidade em zonas urbanas sensíveis?”.

O presente RCFTIA encontra-se estruturado em duas partes fundamentais: a primeira parte, que diz respeito ao enquadramento teórico e à revisão da literatura, constituída por quatro capítulos, e a segunda parte, respeitante ao trabalho de campo, que se subdivide em dois capítulos.

No que diz respeito à primeira parte, o primeiro capítulo procurará abordar a temática do ILP, começando por introduzir o capítulo com uma breve introdução, investigar a definição do ILP e compará-la com outros modelos, abordar as origens do modelo e identificar a sua razão de ser, analisar o processo do ILP, começando por caracterizá-lo e introduzir o *3-i model* e finalmente identificar requisitos para a sua aplicabilidade. Num segundo capítulo, é analisado um dos sistemas de policiamento ingleses baseado no ILP denominado Modelo de Inteligência Nacional (MIN) e algumas realidades exteriores à inglesa. O terceiro capítulo debruçar-se-á sobre as ZUS, a sua definição e caracterização e análise de outros conceitos ligados às ZUS. No quarto e último capítulo desta parte, tecer-se-ão algumas conclusões preliminares desta fase do trabalho.

A segunda parte do trabalho, comporta o quinto capítulo que abordará a metodologia escolhida, os procedimentos, técnicas e métodos e a alusão à tipologia de abordagem bem como ao modelo de análise. De seguida serão apresentadas a PP e as Perguntas Derivadas (PD). Por último, no sexto capítulo ser-se-á apresentado, analisado e discutido o resultado das entrevistas

Na segunda parte, o quinto capítulo abordará a metodologia, os métodos e os materiais utilizados, fazendo-se referência ao método científico e tipologia de abordagem utilizadas, bem como ao modelo de análise seguido, e apresentando-se a PP e as Perguntas Derivadas (PD). Este capítulo abordará ainda as técnicas de recolha, de tratamento e de análise de dados. Por último, no sexto capítulo, far-se-á a apresentação, análise e discussão dos resultados das entrevistas.

O tema desta investigação seria melhor desenvolvido tivesse o rumo inicial de um estudo comparativo entre o WPD e o Destacamento Territorial de Almada. No entanto, face às dificuldades impostas pela pandemia, o rumo foi outro. Baseia-se então mais na análise

documental e de conhecimentos transmitidos por um dos chefes do Departamento de Prevenção de Devon and Cornwall Police, na sua vertente teórica. Na vertente mais prática, o projeto aborda perspetivas de diferentes comandantes na aplicação dos seus recursos, tendo sempre por base o modelo ILP e o policiamento preventivo nas ZUS.

Esta investigação poderá contribuir para o melhor entendimento do funcionamento do modelo MIN e verificar se existe alguma lição aprendida a retirar para transpor para a realidade portuguesa.

PARTE I_ ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 1. INTELLIGENCE-LED POLICING

A palavra inteligência/informações tem, para muitos, diferentes significados. Para o público geral poderá transmitir uma ideia de subterfúgio, clandestinidade e operações encobertas realizadas por elementos rodeados de segredos, roçando a ambiguidade moral das suas ações. Para um patrulheiro, é uma atividade periférica que pouca relevância traz ao seu trabalho diário e que é maioritariamente usado por unidades especializadas. Para Oficiais, é uma ferramenta usada para investigação e que pouca influência a tomada de decisão. No entanto, para um analista de informações criminal, é a sua razão de ser. Num mundo repleto de informação, partilhada e disponível a todos e que ainda não se mentalizou com a evolução necessária do policiamento pós 11 de setembro, são as informações que observadas por um olho objetivo, se interligam e criam uma rede lógica que mostra o ambiente criminal.

O capítulo do ILP vem assim tentar esclarecer este conceito delineando as origens e através disso, clarificar os princípios centrais, como difere de outros modelos de policiamento.

1.1. Definição do modelo

De modo a conseguir definir o ILP, Ratcliffe (2008) faz a comparação deste modelo com outros modelos que são empregues pelas forças de segurança em Inglaterra. Deste modo, para melhor conseguirmos entender o que é o ILP, serão de seguida, brevemente expostos outros modelos. Tal como faz na sua obra, *Intelligence-Led Policing*, delineia-se os outros modelos para explicar o ILP, pois uma das maneiras mais fáceis de explicar o que este modelo é, é explicando o que ele não é.

Começando pelo policiamento comunitário, segundo Carter (1999), este modelo baseia-se numa doutrina de emprego de meios e que assenta em cinco pilares: a territorialização da polícia; permanente contacto com a população; o uso das diversas valências dependendo das necessidades a nível situacional em determinado território; responsabilização por parte das polícias; e maior foco nas vítimas. Por outro lado, uma análise realizada por Taylor (2006) vai mais longe e conclui que a maioria das definições

por ele analisadas, apesar de muita discrepância entre autores, focam questões de descentralização organizacional, maior autonomia para comandantes locais, melhor resposta aos *inputs* dos cidadãos, maior compromisso à resolução de problemas e desenvolvimento de uma estrutura local de combate ao crime. Em suma, dada a vasta natureza do policiamento comunitário, é um modelo que é difícil de definir e que ao mesmo tempo fácil de adotar. Dotada de um grande foco na comunidade, está orientada no primeiro escalão para bairros, onde a informação e *feedback* flui de baixo para cima dada a autonomia dos comandantes locais.

O segundo modelo a analisar é o policiamento orientado para os problemas (POP). Herman Goldstein, o originador deste modelo, escreve que o ênfase no POP, foca-se no direcionamento da atenção para o amplo leque de problemas que a população espera que a polícia resolva – problemas tais que sejam da responsabilidade da polícia resolver – e como a polícia pode ser mais eficaz a resolvê-los. (...) Reconhece que o objetivo último da polícia não é simplesmente fazer cumprir a lei mas sim a resolução dos problemas, idealmente, impedindo que eles aconteçam de todo. (...) Aborda os problemas de diversas perspectivas de modo a encontrar soluções para problemas específicos. (...) Procura usar estudos e conhecimento sobre problemas específicos com que a polícia se depara como a força que impulsiona o decorrer da ação policial (Scott, 2000, p.vi).

Ora, após se delinear os modelos de policiamento supracitados, podemos inferir que enquanto ambos se focam mais na resolução dos problemas, o POP toma uma direção um pouco mais específica. O POP analisa cada problema de uma maneira mais detalhada, tentando encontrar uma solução para aquele problema, ao invés do PC que aborda os problemas de uma maneira mais ampla e conseqüente resolução não tão específica. Através de um gráfico em que se tem como variáveis o foco no problema e o foco na operacionalidade, Ratcliffe (2008) dispõe os modelos anteriormente referidos da seguinte maneira:

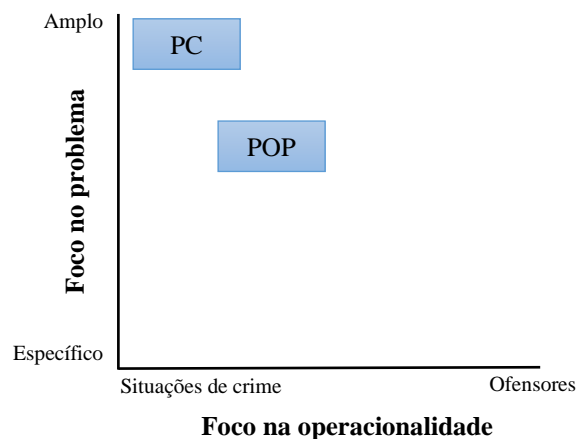


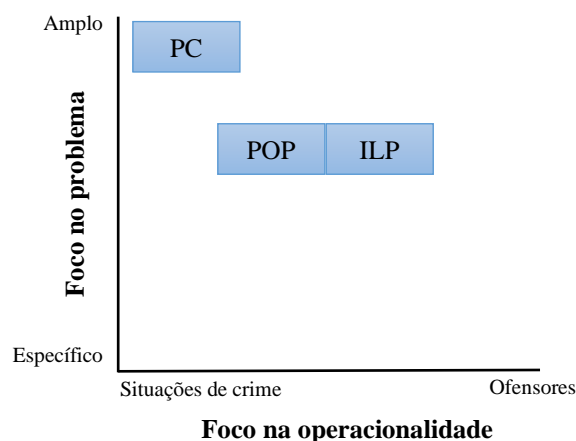
Figura 1 – Posicionamento PC e POP

Adaptado: (Ratcliffe, 2006)

Definidos os outros modelos passamos para o cerne deste capítulo, o ILP. De acordo com Ratcliffe (2008) este modelo não deve ser visto como uma técnica de recolha de informação mas sim como um modelo de negócio e filosofia de gestão onde a análise de informação e as informações criminais são essenciais para uma estrutura baseada na tomada de decisão que facilita a redução, combate e prevenção do crime e de problemas, através de gestão estratégica como da aplicação de estratégias eficazes de aplicação da lei que têm como alvo, ofensores graves.

Ratcliffe sugere então que o ILP é um modelo de negócio para a polícia, que vê a informação criminal como uma combinação da análise criminal e das informações criminais, que funciona como uma estrutura de gestão de informação que permite analistas influenciar a tomada de decisão, tendo como base um largo leque de opções da aplicação da lei e soluções de prevenção de problemas a longo termo. Esta definição por Ratcliffe entende também a contínua evolução da natureza do ILP e a sua aplicação fora da atividade criminal como em por exemplo na redução da sinistralidade rodoviária e na procura de pessoas desaparecidas. O ILP toma assim uma direção de “todos os crimes, todos os problemas”, algo procurado por muitos nas forças de segurança.

Retiradas estas conclusões, e tendo por base o gráfico usado por Ratcliffe (2008), podemos observar onde este se dispõe de acordo com os outros modelos:



Foco na operacionalidade
Figura 2 – Posicionamento ILP
Adaptado: (Ratcliffe, 2006)

Em suma, pode-se verificar diversos pontos importantes. O POP é normalmente definido como um modelo orientado para a resolução de problemas, como o seu nome indica. O ILP, como define Ratcliffe (2008), usa o mesmo tipo de abordagem na sua definição, através de uma estrutura de tomada de decisão objetiva não como fim último, mas como um meio de se conseguir chegar à redução, combate e prevenção de crimes e problemas pretendida.

1.2. Origem do Intelligence-led Policing

Afirma-se no âmbito policial que o ILP tem vindo a ser utilizado já há décadas, no entanto, com falta de rigor e uniformização, de um modo casual, aleatório e inconsequente (Christopher 2004 e Grieve 2004). Gill (2000) refere também que, apesar de atualmente haver muito interesse nesta área, que as suas origens, ainda que indeterminadas, estendem-se consideravelmente para o passado. Isto significa que, temos já dois autores que defendem que o ILP já era utilizado, mas que as suas origens eram desconhecidas e que não era um método padronizado pelas polícias.

De acordo com Flood (2004), as atuais políticas da aplicação da lei estão a tentar voltar às origens, sendo elas o policiamento preventivo, mas antes de passar a esse ponto, deve-se analisar os fatos que levaram à transição deste tipo de policiamento para um policiamento reativo. Apesar da doutrina ser um pouco diferente da portuguesa, em Inglaterra, nos anos 1840 a Polícia Metropolitana contratou pessoas sem filiação policial mas com elevada inteligência para resolução de crimes de furto de joias e seguinte recuperação. Segundo Ratcliffe (2008), esta decisão foi um sucesso e levou então à maior

implementação destes detetives para crimes mais complexos, que ao longo do tempo foram ganhando prestígio dentro das polícias. O tipo de ação que eles desenvolviam focava-se na investigação e posterior atuação, ou seja, uma atuação reativa. Estes eventos conjugados com a falta de interesse por parte de jovens polícias num policiamento preventivo mais a introdução de ferramentas modernas como carros patrulha, telefones e rádio, empurraram a prevenção para dar lugar à reação. Ratcliffe (2008) ainda refere que, em 30 anos, passaram a existir divisões formais de detetives e prioridade começou a escapar da prevenção criminal para a deteção de crime. Restou-nos assim uma atividade que, agora periférica, outrora seria a verdadeira prioridade de uma polícia, como escreveu um dos primeiros comissários da polícia metropolitana londrina, Richard Mayne. Segundo este, a preocupação primária de uma polícia assentava na prevenção criminal, depois sim na detenção e punição dos ofensores se crime tivesse sido cometido.

O modelo de policiamento reativo ainda é popular entre as polícias, tendo sido a sua terminologia sido definida como *standard model of policing* ou modelo de policiamento padrão, de acordo com Weisbud e Eck (2004). Apesar da sua recorrente utilização, este modelo tem vindo a ser criticado devido aos impulsionadores de mudança, tanto internos como externos, que têm provado grande impacto na atividade operacional de muitas polícias.

Analisando o caso inglês e transpondo para a realidade portuguesa, apesar de as polícias de cada país trabalharem de modo diferente, os impulsionadores de mudança, são semelhantes. As forças policiais são por norma vistas como resistentes à mudança, no entanto, a atual panorama policial necessita que haja uma constante adaptação por parte das polícias. Ratcliffe (2008) expõe alguns pontos que impulsionaram a adoção de um modelo de policiamento orientado pelas informações em Inglaterra, que poderão ser transpostos para Portugal, visto alguns deles serem comuns ao panorama geral. Esse fatores são a complexidade e desempenho no policiamento, ligado com a falha da evolução das polícias tanto em questões administrativas como operativas de modo a acompanhar o paradigma atual; a gestão de risco, onde as polícias, mais precisamente as suas chefias se encontram sobre constante escrutínio devido ao maior acesso e fluxo da informação; a lacuna da procura, devido ao aumento do número de crimes que ultrapassam a capacidade de resolução com os efetivos atuais; as limitações do modelo de policiamento padrão, ou reativo, de onde se pode identificar a falta de objetivos a longo prazo, a falta de efetivo interligado com o tamanho das zonas de ação, onde devem patrulhar e resolver possíveis incidentes; o crime organizado e transnacional, elevando a fasquia com uma nova vaga de crimes mais complexos por grupos organizados, auxiliados pela facilidade de se movimentarem

motivada pela globalização; e o avanço tecnológico, focando as tecnologias de informação e comunicação.

O recente interesse pelo policiamento orientado pelas informações mostra a tentativa de se começar a contrariar esta ideia conservadora e de se tentar criar, finalmente, um modelo metódico que analisa objetivamente prioridades e estratégias, gerindo-se melhor o fluxo de informação e ajudando na tomada de decisão.

1.3. O processo do Intelligence-led Policing

Começando pelo início, Sir Richard Mayne, o primeiro comissário da Polícia Metropolitana de Londres, em Stevens (2001), refere que “deve ser entendido que o objetivo primário de uma polícia eficiente é a prevenção criminal. Todos os esforços da polícia devem ser orientados para este objetivo último”. Sir Richard Mayne foi comissário de 1855 a 1868 e tinha já em mente que o objetivo último era a prevenção criminal, no entanto, devido a diversos fatores, o modo de atuação da polícia afastou-se desse objetivo.

De acordo com Leman-Langlois e Shearing (2011) o ILP é como uma nova ortodoxia nas forças de segurança. Eles declaram ainda que envolve três elementos, mais precisamente: uma abordagem à gestão de risco para controlar o crime, baseado na aquisição de indivíduos específicos, que requer uma elevada dependência das informações; segundo, uma coletânea de informação sobre ofensores que sejam incidentes; e por último, o conhecimento criminológico que permita mapear, rastrear e prever comportamento criminal. A ferramenta de medição deste modelo de policiamento são as estatísticas criminais.

Em Ratcliffe (2003) o autor recolhe a opinião de Pawson e Tilley, que nos oferecem a perspectiva que é importante ser-se claro do mecanismo para qualquer iniciativa de redução ou prevenção criminal para se perceber porque é que funciona. Dessa forma torna-se imperativo delinear o processo do ILP.

Ratcliffe (2008) descreve-nos vários modelos que usam as Informações como base para aplicação no modelo policial ILP, no entanto dá ênfase a um deles – o “*3-i model*”. O autor refere que este modelo foi adaptado da Polícia Federal Australiana e que já tinha sido publicado uns anos atrás (2003). Salienta ainda que é um tipo de modelo mais conceptual do que outros modelos. O “*3-i model*” está demonstrado na figura seguinte:

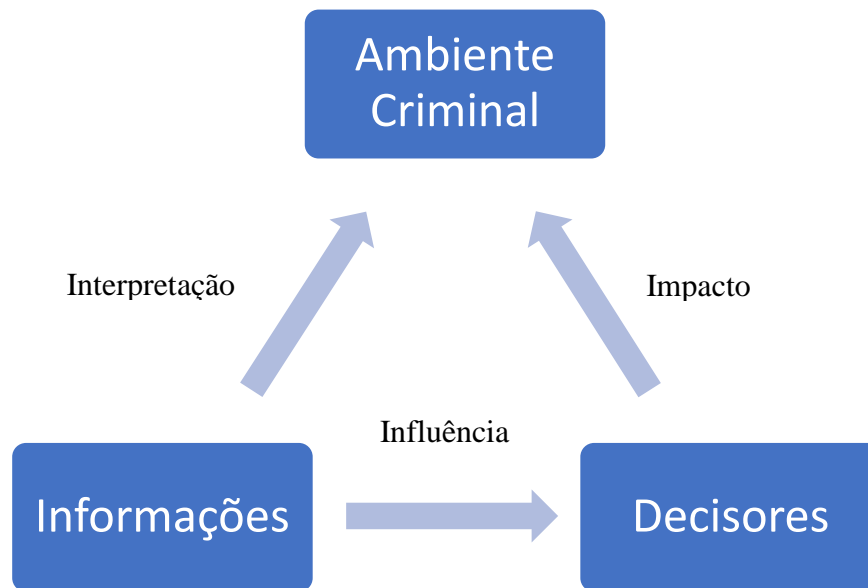


Figura 3 -Modelo 3-i
Adaptado: (Ratcliffe, 2006)

Como é possível observar no modelo, o processo foca-se em três aspetos nomeadamente o ambiente criminal, as informações e os decisores.

Iniciando pelo ambiente criminal, Ratcliffe (2008) define-o como o espaço físico e as condições sociais onde ocorrem atividades criminais. Este ambiente difere de um para o outro e assim também deve diferir o nível de emprego das forças de segurança em cada um. No entanto, tendo em conta a evolução do crime, por exemplo, um crime que se tenha iniciado em meio urbano pode continuar em meio urbano e vice-versa, apresentando assim situações criminais desafiantes que requerem respostas dinâmicas por parte das forças de segurança. É pelo ambiente criminal que se deve iniciar a análise do “3-i model” e pelo processo de interpretação.

A primeira fase deste modelo corresponde à interpretação do ambiente criminal, realizada por uma unidade ou secção de informações dentro de uma força de segurança. Para melhor desempenhar esta função, a tal secção ou unidade terá de obter informação tanto de fontes externas como de internas. A interpretação do ambiente criminal é conseguida pela análise de notícias sobre as atividades que se estejam a desenrolar num específico lugar ou área, incluindo os envolvidos nessas atividades criminais. O produto gerado destas notícias e informações deverá então ser disseminado às unidades operacionais responsáveis pela atuação no ambiente criminal (Ratcliffe, 2003).

A segunda fase necessita que a estrutura das informações consiga identificar e influenciar os decisores. Estes decisores são os comandantes e operacionais cujas ações terão um impacto em dado ambiente criminal. Ratcliffe (2003) defende que o correto direcionamento das atividades policiais para os “*hot spots*” e “*hot times*” de crimes oferece suporte suficiente como técnica de redução criminal, no entanto necessita que a informação sobre tais *hot spots* e *hot times* chegue aos decisores para que possam entender e responder à informação. Contudo, para que o processo chegue a esses decisores é necessário que a estrutura das Informações consiga identificar os decisores corretos e influenciar o seu raciocínio sobre as estratégias de redução que deverão de ser empregues (Ratcliffe, 2003).

A última fase corresponde ao impacto no ambiente criminal. De acordo com Ratcliffe (2003), nesta fase é necessário que os decisores possuam o entusiasmo e habilidades para explorar diversas estratégias na redução do crime e que tenham um impacto positivo no ambiente criminal. Este impacto positivo é avaliado pela redução das estatísticas criminais e pela ausência do sentimento de insegurança provocados pelo crime e desordem nas populações.

As três componentes do *3-i model* necessitam de existir para que o ILP possa realmente acontecer. O analista criminal necessita de interpretar o ambiente criminal para obter as informações que serão usadas para influenciar o raciocínio dos decisores. Esses decisores terão então que direcionar os recursos eficazmente para que possam impactar positivamente o ambiente criminal.

1.4.Requisitos da aplicabilidade do Intelligence-led Policing

De acordo com Barrett (2006) a adoção do ILP requiere que haja um esforço conjunto por parte de todas as componentes que integram este sistema. Como já referido anteriormente, para que o modelo funcione harmoniosamente é necessário que o processo de transformação dos dados pelos analistas, recolhidos no ambiente criminal, em informações que deverão influenciar os decisores finais no uso dos recursos para a prevenção do crime, seja coordenada, eficaz e eficiente. Para tal é necessário delinear primeiramente as funções que cada componente do modelo deve desempenhar.

Segundo Fuentes (2006), as funções que os analistas deverão desempenhar dentro do modelo são as seguintes:

- A principal função de um analista de informações passa por trabalhar com os operacionais, outros analistas, organizações externas – públicas e privadas – de modo a desenvolver uma visão geral de como os decisores locais podem direcionar corretamente os recursos;
- Partilha de informações entre diversos analistas de modo a desenvolver a mútua cooperação e comparar dados, garantindo que qualquer informação relevante esteja acessível em bancos de dados;
- Gerar e fornecer relatórios relevantes e informações para os operacionais, outros analistas e decisores estratégicos;
- Desenvolver atempadamente as informações necessárias para uso nas decisões táticas, operacionais e estratégicas;
- Observar e monitorizar a evolução dos ambientes criminais;
- Ajudar os decisores na formulação das suas intenções e diretivas;
- Realizar *briefings* e *debriefings* sobre o uso das informações em diversos tópicos;
- Usar fontes OSINT na realização de relatórios operacionais durante produção de informações de modo a melhor descrever o ambiente e contexto onde atividades criminais se desenrolam;
- Realizar avaliações na fiabilidade das fontes de informação de modo a garantir qualidade das informações produzidas; e
- Ter iniciativa na definição e determinação das informações que sejam relevantes para os decisores baseada no balanço dos parâmetros das missões, ambiente operacional, e consultar com as secções de informações quanto à atualização das necessidades das informações consoante a evolução das condições no terreno.

De acordo com Fuentes (2006) as principais funções de um operacional no terreno devem ser as seguintes:

- Recolher informação e dados que permitam identificar falhas no entendimento do que se passa no ambiente operacional;
- Gravar as informações e dados recolhidos nos bancos de dados adequados para maximizar a sua utilização na análise e escolha de toda a informação relevante;
- Realizar operações e investigação com outros operacionais para adquirirem dados relevantes para posterior processamento em informações;

- Comunicar regularmente com analistas e pedir apoio das secções de informações para operações, *briefings* e *debriefings*; e
- Fornecer avaliações aos analistas sobre as informações produzidas por eles e qualquer *feedback* que achem relevante para futuras análises de dados em reforço das suas necessidades táticas, operacionais e estratégicas.

Por último, serão apresentadas as funções que os decisores têm que ter em conta durante o decorrer das suas funções como comandantes. Deverão implementar a estrutura do ILP pela aplicação dos seus preceitos, que serão posteriormente neste mesmo capítulo descritos. Assim, e segundo Fuentes (2006), os decisores devem:

- Definir orientações apropriadas para a priorização da recolha de dados e operacionalização no terreno;
- Apoiar a inteira adoção por parte dos subordinados do ILP e do ciclo de informações; incluindo a alocação de fundos para atualização de equipamento e treino para analistas, operacionais e outros utilizadores, nestas matérias;
- Gerir os recursos à sua disposição de acordo com as prioridades estabelecidas, sem prejuízo do bom funcionamento dos elementos presentes em todo o processo do ILP;
- Consciencializar-se da importância dos dados recolhidos no terreno e consequente informação produzida pelos analistas; e
- Encorajar a interação entre operacionais.

Após a análise do que cada elemento deve ter em conta no decorrer das suas funções, passamos para a análise dos preceitos ou critérios que Ratcliffe (2008, p. 235) afirma atuarem como pilares na aplicabilidade deste modelo. São eles:

- A existência de uma estrutura de comando informada e que apoie os elementos a ela subordinados. Deverá adotar o modelo ILP e promovê-lo ativamente, usando rotineiramente a análise de informações criminais como base da tomada de decisão estratégica dos decisores;
- O ILP necessita de ser adotado por toda a organização. Não é como em outros modelos policiais em que a análise e uso das informações é usada por unidades específicas, não funciona com este modelo. Por isso mesmo Ratcliffe afirma que o ILP tem que ser o coração de toda uma organização;

- Integração da análise criminal no apoio direto da tomada de decisão em todos os patamares de uma organização;
- Foco na identificação e interdição de líderes criminais e infratores identificados como alvos prioritários;
- Disponibilizar formação adequada a nível analítico e operacional;
- Reuniões a nível tático e estratégico são ambas de extrema importância e deverão ocorrer regularmente;
- Investigações rotineiras dão lugar a investigações proativas – orientar para crimes suscetíveis de resultarem em detenções;
- Dados recolhidos têm que estar completos, provenientes de fontes fidedignas e prontos a serem usados na influência dos decisores;
- Informação é gerida pelas estruturas de gestão de informações; e
- Maior foco nas possibilidades de ações preventivas – uso da prevenção e rutura de ações criminais em alturas apropriadas.

Findo a caracterização do modelo em questão onde se iniciou o seu enquadramento pela análise histórica dos factos, a sua definição, o processo de como funciona e por fim os requisitos a ter em conta, incluindo a comparação com outros modelos, pretende-se no seguinte capítulo, iniciar a conceptualização das ZUS e o que as torna tão distintas aquando da atuação policial.

CAPÍTULO 2. A APLICAÇÃO DO INTELLIGENCE-LED POLICING NO REINO UNIDO

No Reino Unido, é quase impossível discutir o conceito de ILP sem fazer referência ao Modelo Nacional de Inteligência (MIN). Embora o MIN não seja totalmente sinônimo de policiamento orientado pelas informações, foi adotado como modelo de negócios através do qual se implementa uma estrutura conceitual do ILP. Lançado pelo National Criminal Intelligence Service em 2000 e tornando-se a política da Association of Chief Police Officers no mesmo ano, o MIN tornou-se o modelo de negócios exigido aos serviços policiais em Inglaterra e País de Gales em abril de 2004, cortesia da Reforma Policial em 2002. O MIN também foi adotado no Reino Unido pela Serious and Organised Crime Agency, o Serviço de Imigração e também é usado pelas Crime and Disorder Reduction Partnerships estabelecidas em 1998 para criar parcerias entre a polícia e as autoridades locais relevantes, como as de serviço prisional, autoridades de saúde e a comunidade local.

2.1. O Intelligence-Led Policing no Reino Unido

A intenção deste modelo era que as energias de uma organização fossem reunidas numa causa de uma única missão – redução do crime. Da mesma forma, informações precisas e oportunas foram consideradas essenciais para o sucesso da missão. Um antigo Comissário da Polícia Metropolitana de Londres, Sir John Stevens (2001), argumentou que, ao formular uma estratégia, os comandantes deveriam concentrar-se nas suas relações com as comunidades, porque era ali que a maioria das atividades policiais eram realizadas, mas por muitos anos o trabalho local da inteligência era não foi considerado uma prioridade para os comandantes e provou ser difícil romper com o paradigma de policiamento reativo do passado.

Hoje, no Reino Unido, as estratégias de ILP são sustentadas no MIN (National Criminal Intelligence Service, 1999). No entanto, alguns argumentadores, Kleiven (2006) e John e Maguire (2003) referem que o NIM, elogiado como o mecanismo pelo qual o ILP seria integrado na cultura de todas as forças, teve pouco impacto significativo na prática operacional.

Na prática, o termo ILP foi aplicado de maneira confusa numa variedade de processos discretos de “combate ao crime”, que dependem dos esforços de analistas e especialistas em inteligência envolvidos num mapeamento de crimes, análise de padrões de crimes, análise

de dados e outras abordagens à solução de problemas (Ratcliffe, 2008). Há outra dimensão que para o ILP também conta com analistas e outros especialistas, mas neste segundo caso, a ênfase está no direcionamento de grupos ou indivíduos que usam métodos como a sua detenção, ou alguma outra intervenção para evitar mais ofensas, obtendo-se o resultado pretendido (Peterson, 2005). Através do estudo documental foi possível constatar que a maioria das atividades analíticas se enquadrava na primeira categoria e que no MIN há uma tendência para se colocar uma ênfase desproporcional na aquisição e organização do conhecimento, em vez de usá-lo de maneira produtora.

Além destas abordagens, outras estratégias inovadoras lideradas pelas informações também surgiram. Argumenta-se que cada um deles desafiou, mas falhou em grande parte, em superar o paradigma tradicional de policiamento reativo. Indiscutivelmente, foi a introdução do Unit Beat Policing (UBP) na Grã-Bretanha em 1967, que forneceu a base para o ILP moderno. Como se poderá verificar, o UBP estabeleceu um sistema de inteligência local no qual se baseia a estrutura moderna de inteligência na Grã-Bretanha. A introdução do coletor, um indivíduo encarregado de coletar e avaliar as informações coletadas pelos oficiais da patrulha (Wilmer, 1970) foi um marco significativo no desenvolvimento de estratégias lideradas pela inteligência e na especialização das forças policiais, embora alguns pesquisadores tenham criticado a "desvalorização" da função da patrulha policial que parecia acompanhar estes desenvolvimentos.

O desenvolvimento de estratégias de ILP tem sido associado a preocupações crescentes com o crime organizado, à busca por melhores provas após o descrédito de estratégias que, em última análise, se baseavam nas confissões dos suspeitos (Maguire, 2008) e à disponibilidade de tecnologias cada vez mais sofisticadas na era moderna (Ratcliffe, 2008; Manning, 2001). Do ponto de vista australiano, Chan (2003), sugeriu que o apelo do ILP aos comandantes das polícias era que o modelo prometia novas abordagens, baseadas em informações e na solução de problemas, para lidar com criminosos cada vez mais sofisticados e prolíficos. Enquanto isso, Reiner (2010) argumentou que parecia fornecer uma solução para os problemas associados às táticas tradicionais de policiamento que estavam espalhadas por uma multitude de vítimas e criminosos para se conseguir alcançar uma cobertura ou detecção preventiva eficaz.

A Comissão de Auditoria do Reino Unido foi um ator significativo na busca por um melhor valor no setor público da Grã-Bretanha. No seu relatório sobre o ILP, *Helping with Enquiries: Tackling Crime Effectively* (1993), defendeu estratégias de redução de orientadas pelas informações, usando recursos operacionais escassos contra o criminoso ao invés do

crime. Isto teve um impacto considerável no Ministério do Interior e no serviço policial, o que estimulou uma mudança significativa na ação policial. No entanto, o que até então foi elogiado como inovador, simplesmente reafirmou as observações feitas pelos comandantes da polícia pelo menos 60 anos antes. De acordo com James (2014) tudo isto destaca que há pouco que é realmente novo no policiamento sugerindo também que a estrutura organizacional da polícia pode ser menos eficiente do que alguns possam imaginar.

Reiner (2010) argumenta que existem exemplos suficientes e estratégias inovadoras de policiamento para sugerir que o policiamento direcionado pode ter sucesso com um efeito significativo sobre o crime e o sentimento de insegurança. No entanto, Skogan (2008) observou que, embora houvesse entusiasmo entre os “acadêmicos e o público informado” em relação às estratégias de ILP, para quem formula as políticas e para os comandantes das polícias os riscos políticos envolvidos são consideráveis e os esforços para mudar a polícia geralmente ficam muito aquém ou falham. Gill (2000) questionou se o ILP realmente representava uma transformação fundamental do policiamento na era moderna ou se era algo que simplesmente estava ligado às estruturas existentes. Como o leitor verá, no Reino Unido, geralmente tem sido a última abordagem que prevaleceu.

2.2. O Modelo de Inteligência Nacional do Reino Unido

De acordo com Ratcliffe, o MIN foi projetado para funcionar a três níveis. No nível local, as equipas de policiamento comunitário lidam com seus próprios problemas de crime e desordem, recolhem informações e usam recursos de inteligência local para resolver problemas na área local e região imediata. Este é o nível 1 do MIN. As operações de MIN nível 2 ocorrem na área transfronteiriça em que os infratores operam em mais de uma área jurisdicional ou afetando mais de uma região, de modo que são necessários recursos adicionais para combater sua atividade criminosa. O Nível 3 foi desenvolvido para os tipos de atividades de crimes graves e criminalidade organizada que operam a nível nacional ou internacional. Os infratores que operam nesse nível podem ter que ser identificados por métodos mais proativos, em que o direcionamento e resposta são direcionados principalmente pelo trabalho de unidades dedicadas (NCPE 2005a). Dentro de cada nível, o MIN é conceptualizado para operar aproximadamente da mesma maneira. A figura seguinte mostra o processo de negócios do MIN, derivado do modelo original que acompanhou o lançamento do MIN do *National Criminal Intelligence Service*. A figura mostra que o processo de tarefas e coordenação é central para o modelo, mas essa importância é também

colocada na necessidade de ter conhecimento, um sistema, fontes e pessoas para apoiar o modelo. Os resultados esperados abordam a segurança da comunidade, redução da criminalidade, limitação da criminalidade e redução da desordem.

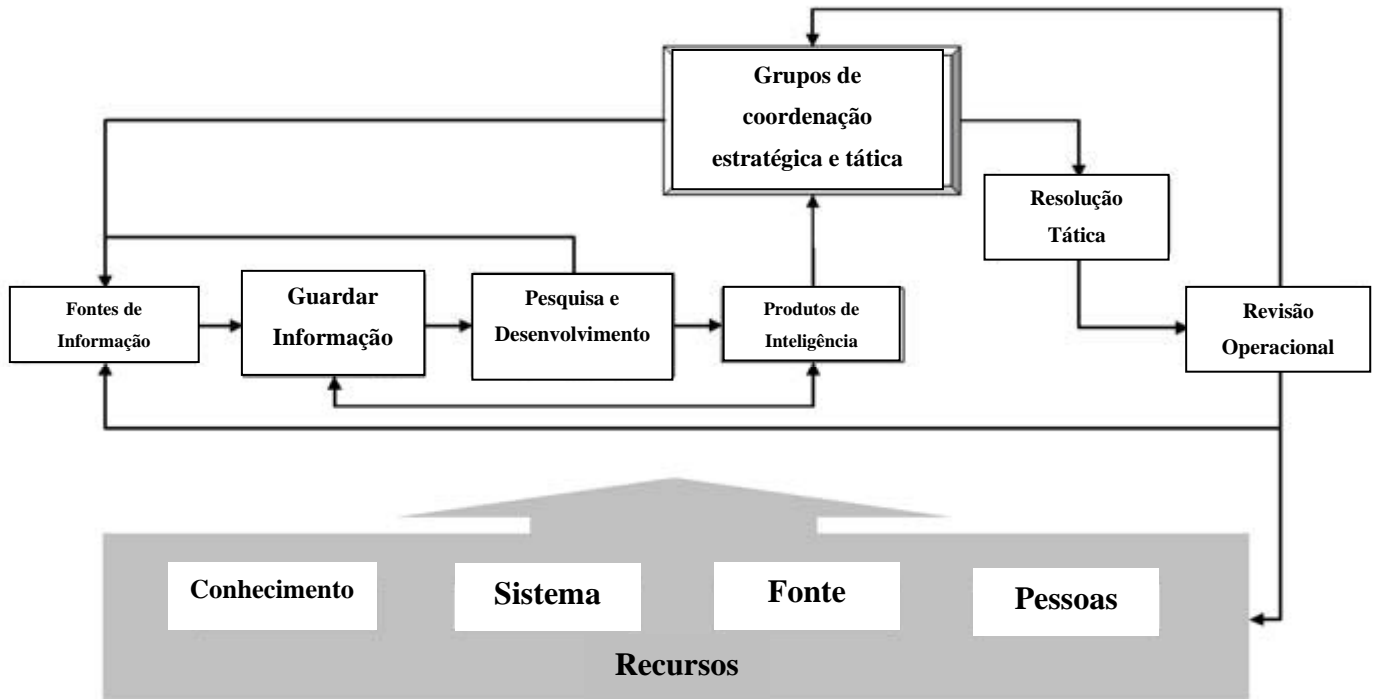


Figura 4 – MIN

Adaptado: (NCPE, 2005a: 14)

Para que este processo funcione, os analistas precisam de criar produtos que alimentem o processo de tarefas e coordenação, produtos que influenciem o pensamento dos gerentes, capazes de direcionar recursos e estabelecer parcerias. Os produtos de inteligência alimentam o modelo em dois níveis de tarefa e coordenação – estratégico e tático.

O *Strategic Tasking and Coordination Group* é composto pela gerência mais antiga da área policial local e, de acordo com o *National Centre for Policing Excellence* (NCPE 2005a), também deve incluir os comandantes responsáveis pelas operações, policiamento nas estradas, administração, treino, tecnologia, investigação forense e análise da inteligência. Também é possível que membros das autoridades policiais locais, serviços de acusação e parcerias locais de redução de crime e desordem possam ser convidados a participar. Este grupo reúne-se pelo menos a cada 6 meses (NCPE 2005b). Este grupo é responsável pela

redação de um documento que estabelece as prioridades de longo prazo da região para prevenção de crimes, aplicação da lei e coleta de informações.

O *Tactical Tasking and Coordination Group* recolhe a estratégia escolhida pelo grupo anterior e utiliza-a como documento orientador que determina as prioridades diárias da alocação de recursos. O papel do grupo tático consiste também em identificar pontos críticos de crime (*hotspots*), tentar identificar crimes possivelmente interligados e identificar e direcionar criminosos perigosos e já referenciados, tudo dentro do amplo mandato da avaliação estratégica.

Da perspectiva de um analista, o MIN fornece a primeira orientação real sobre como os produtos de inteligência criminal se vinculam diretamente ao processo de tomada de decisão. É benéfico porque o MIN requer apenas quatro tipos específicos de saída. Como Flood refere, "o cerne do MIN situa-se em produtos de inteligência formal. O processo de inteligência na aplicação da lei não pode ser apenas uma viagem de descoberta, mas exige previsibilidade na entrega e no conteúdo de produtos de inteligência para a tomada de decisões dos gerentes" (Flood 2004: 48). O grupo de tarefas estratégicas é influenciado pela avaliação estratégica (o principal produto de inteligência estratégica) preparada a cada seis meses e usada para indicar prioridades de longo prazo e lacunas de inteligência. Os três outros produtos têm mais funções operacionais: a avaliação tática apoia os negócios do órgão de tarefas e coordenação táticas e é essencialmente um documento de atualização que mostra o progresso em direção à estratégia de controle; o perfil do problema é um documento operacional que descreve crimes interligados problemas em torno de um ponto de um *hotspot* (uma área de maior volume de crimes de intensidade); e o perfil alvo é um produto que orienta a aplicação da lei a combater os infratores responsáveis por causar a perturbação significativa que geralmente causa um perfil de problema.

2.3. O Modelo Nacional de Inteligência fora do Reino Unido

Fora do Reino Unido, algumas tentativas de integrar o ILP no pensamento da polícia têm sido menos dramáticas do que a abordagem britânica de forçar a mudança da legislação, no entanto, vários departamentos de polícia estão a mover-se ativamente em direção a um policiamento como uma estrutura conceptual para a realização de operações e determinação da estratégia.

Segundo Ratcliffe (2008), um exemplo é a New Jersey State Police (NJSP). A NJSP realiza patrulhas, tráfego, investigação criminal, segurança interna, serviços técnicos e gere

emergências para o estado de Nova Jersey. O estado fica ao lado de Nova York e com portos prósperos e um grande complexo de casinos de Atlantic City, o estado recebeu a infeliz atenção de vários grupos de crime organizado. O estado é também uma importante via para contrabando ilícito e um posto intermédio para atividades criminosas entre Nova York, Filadélfia e ao longo da Interstate-95, corredor entre Boston e Washington DC. Combater essas ameaças é uma tarefa do ramo das investigações da NJSP.

Ratcliffe (2008) diz-nos que os comandantes deste ramo reconheceram que a sua estrutura organizacional reflete um modelo de eficiência burocrática, mas não refletia o ambiente criminoso que estavam a tentar enfrentar. Por exemplo, unidades individuais específicas existiam dentro do próprio grupo de operações: uma agência de gangues de rua que examinava gangues de rua, uma agência de narcóticos que abordava o crime de drogas e uma agência de inteligência focada em grupos de crime organizado. Dentro de cada grupo havia certamente experiência, mas a especialização restrita teve dois resultados negativos significativos. Primeiro, a estrutura organizacional não refletia a criminalidade praticada pelos grupos visados. Os gangues de rua estavam frequentemente envolvidos na distribuição de narcóticos, e os grupos de crime organizado estavam envolvidas na corrupção política e, às vezes, na distribuição de narcóticos. Em segundo lugar, a arquitetura organizacional incentivou a inteligência e grupos de informação (Sheptycki 2004a), onde, se agências específicas encontrassem provas de atividades conduzidas por seus alvos que estavam fora de suas competências especializadas, elas não transmitiam essa informação.

Para resolver este problema, o Departamento de Investigações reorganizou toda a estrutura do departamento para que os comandantes se encarregassem das regiões geográficas do estado e, dentro desses comandos, surgissem unidades responsáveis pelos gangues de rua, crime organizado e narcóticos. Cada comando tem seu próprio grupo de inteligência tática, para que as informações da região possam ser reunidas para tratar de sobreposições na atividade criminosa. Além disso, o departamento criou um grupo de inteligência estratégica para atender às necessidades de planeamento estratégico dos executivos seniores.

CAPÍTULO 3. ZONAS URBANAS SENSÍVEIS

3.1. Definição do conceito ZUS

A Lei nº96-987, de 14 de novembro de 1996 (França) vem a definir as Zonas Urbanas sensíveis como zonas “caracterizadas pela presença de grandes complexos ou áreas de habitação degradada e por um desequilíbrio acentuado entre habitação e emprego”. Existem mais de 700 ZUS em toda a França, habitada por mais de 5 milhões de pessoas e também conhecida como bairros “problemáticos” ou "sensíveis" (Avenel 2004). A taxa de desemprego em uma área urbana sensível área é duas vezes e meia superior ao de outros lugares: 22,7% em 2017 comparado com 9,4% em 2011. Desde 2008 que a diferença entre a taxa de desemprego nessas áreas urbanas sensíveis e a taxa de desemprego nas zonas comunitárias “normais” aumentaram. Em Portugal a definição apresenta semelhanças, tendo sido definida tanto pela GNR¹ como pela Polícia de Segurança Pública (PSP)², considerando várias características tais como:

- Baixo nível de escolaridade na população local;
- Abandono escolar significativo;
- Procura de trabalho precoce por parte dos jovens;
- Baixa participação da população ativa em setores os da agricultura, da educação e da saúde;
- Sentimento de impunidade e fraca opinião das autoridades;
- Elevada dependência social;
- Baixos salários, pobreza;
- Habitações degradadas com pouca segurança e falta de saneamento;
- Recurso a diversas atividades de sobrevivência como empregos clandestinos, prática de ilícitos criminais, consumo de estupefacientes, furtos, roubos.

Em suma, são zonas que devido às suas características próprias trazem muitas dificuldades à atuação das forças de segurança. Irão ser apresentadas agora alguns conceitos que integram tanto a dinâmica do ILP como das ZUS.

¹ Diretiva n.º 12/2006, do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006.

² Relatório n.º 48697, do Comando-Geral da PSP, de 4 de junho de 1997

3.2. Hotspot

Áreas de crime concentrado são frequentemente chamadas de pontos quentes ou hotspots. Pesquisadores e policias usam o termo de muitas maneiras diferentes. Alguns referem-se a endereços de hot spot (Eck e Weisburd, 1995), outros se referem a blocos de hot spot (Weisburd e Green, 1994), e outros examinam clusters de blocos (Block e Block, 1995). Como os pesquisadores, os analistas procuram concentrações de eventos individuais que podem indicar uma série de crimes relacionados. Eles também examinam pequenas áreas com muito crime ou desordem, mesmo que não haja criminoso comum. Os analistas também observam bairros e grupos de bairros com altos níveis de criminalidade e desordem e tentam vinculá-los às condições sociais subjacentes.

Embora não exista uma definição comum do termo hot spot, o entendimento comum é que um hot spot é uma área com um número maior que a média de eventos criminais ou de desordem, ou uma área em que as pessoas têm um risco maior que a média de vitimização. Isso sugere a existência de pontos de interesse – lugares ou áreas com menor quantidade que a média de crime ou desordem. Também sugere que alguns pontos quentes podem ser mais quentes que outros; isto é, eles variam em quão acima da média eles estão.

Se os *hotspots* são meramente áreas com uma quantidade acima da média de crime ou desordem, porque é que os profissionais e pesquisadores usam o termo de várias maneiras? De fato, com os recentes desenvolvimentos no mapeamento do crime, é possível encontrar pontos de interesse de qualquer tamanho - de pontos quentes a regiões quentes. Embora todas essas perspectivas sobre os *hotspots* tenham algo em comum – concentração de crime ou desordem separadas por áreas com muito menos crime ou desordem – elas diferem na área coberta pelos *hotspots*. Mais importante, os fatores que dão origem a pontos de acesso são diferentes dos fatores que originam ruas de *hotspots*, bairros de *hotspots* ou cidades de *hotspots*. Além disso, as ações adotadas para lidar com um *hotspot* serão diferentes das ações necessárias para abordar uma rua de *hotspots*, um bairro de *hotspots* ou uma cidade de *hotspots*.

As teorias do crime são críticas para o mapeamento do crime, pois auxiliam na interpretação dos dados (Eck, 1998) e fornecem orientações sobre quais ações são mais apropriadas. Portanto, é fundamental entender como as teorias do crime são críticas para *hotspots*. Existem várias teorias sobre a concentração de crimes e desordens. Algumas teorias discordam, mas não se contradizem. Em vez disso, explicam diferentes tipos de fenômenos criminais que ocorrem em diferentes níveis geográficos.

Cada nível tem unidades básicas de análise – o que está a ser analisado. Pode-se pensar nas unidades como correspondendo às áreas geográficas sendo representadas nos mapas: pontos, linhas ou polígonos (Harries, 1999). Algumas teorias ajudam a explicar as concentrações pontuais de crime. Outras teorias ajudam a explicar concentrações lineares de polígonos criminais ou de hot spot. No entanto, as teorias do crime são úteis para ajudar a orientar o mapeamento de crimes e desordens apenas se alguém selecionar uma teoria apropriada para o nível de análise e ação.

3.3. Áreas de elevada criminalidade

Áreas de elevada criminalidade podem ser descritas como uma extensão dos hotspots mais discutidos. Embora não exista uma definição amplamente aceita de hot spot, para os fins deste capítulo, ele é definido como um grupo de crimes semelhantes cometidos por um ou mais indivíduos em locais próximos uns dos outros. Observa-se que essa definição envolve o agrupamento ou cluster de incidentes criminais. Os analistas examinam mais do que apenas crimes; eles estudam prisões, pedidos de assistência técnica e vários indicadores de desordem que podem não ser crimes "oficiais". De facto, o indicador pode estar diretamente relacionado aos dados da ofensa e, quando agrupado, sugere uma área problemática ou emergente de elevada criminalidade. É devido a essa diferença subtil que as áreas de elevada criminalidade e hotspots compartilham muitas. Além do agrupamento espacial, áreas com alto índice de criminalidade, como pontos críticos do crime, são notáveis devido ao seu volume relativamente alto de incidentes (Eck et al., 2005; Chainey & Ratcliffe, 2005; Sherman, 1995). Assim, como hotspots, as áreas de elevado crime são, portanto, caracterizadas por: (1) um volume relativamente alto de crimes, (2) evidências de agrupamentos espaciais e (3) um padrão observável de ocorrência e duração do tempo.

CAPÍTULO 4. PRELIMINARES

Terminada a revisão da literatura acerca do tema desta investigação e antes de avançar para o trabalho de campo importa ainda tecer algumas conclusões antes de iniciar o desenvolvimento da parte II, relativo ao trabalho de campo.

Relativamente ao modelo ILP, começa-se por perceber que é mais antigo do que se pensava. A função policial foi desenhada com o intuito de combater o crime através da sua prevenção, algo que se foi esquecendo com o passar do tempo e com as diversas realidades com que as polícias se depararam. No entanto, a atual necessidade de se gerir os recursos mais eficaz e eficientemente voltou a demonstrar a necessidade deste tipo de modelo. Estudou-se as características do ILP comparando as a outros modelos, dos quais a conclusão mais significativa foi o maior ênfase na proatividade para a prevenção do crime. Finalmente, identificou-se critérios para a aplicabilidade do ILP como modelo de policiamento.

No Reino Unido, o ILP foi a base para o Modelo de Inteligência Nacional que deve ser entendido como algo dogmático. A enorme capacidade analítica e de investigação proveniente do MIN veio proporcionar o desenvolvimento do mapeamento criminal preditivo que ajuda os decisores ou comandantes a gerirem os recursos da melhor maneira de modo a combater o crime.

Em relação às ZUS, verificou-se que existem várias características que as diferenciam de outras zonas urbanas, salientando-se o baixo nível de vida dos habitantes que se desenvolve na necessidade de técnicas de sobrevivência que passam pela prática de crimes. A atuação policial nestas zonas torna-se então difícil pois a presença das forças de segurança não é bem recebida pela parte dos moradores que sobrevivem pela prática de crimes. Foram ainda analisados outros conceitos como o de hotspot ou ponto quente e o de zonas de elevada criminalidade. Ambas estas zonas interligam-se com as ZUS.

PARTE II_ TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 5. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS UTILIZADOS

5.1. Introdução

O presente trabalho sustentou-se na revisão da literatura existente sobre o modelo ILP e sobre as ZUS. Em relação ao primeiro podemos observar a sua razão de ser tal como o que o define e caracteriza e o seu processo de funcionamento. Em relação às ZUS, fez-se uma breve análise do conceito a nível nacional como internacional e introduziu-se no mesmo capítulo, alguns conceitos que se interligam com o ILP, como os hotspots.

Para enriquecer o presente estudo foi desenvolvido um estudo prático de como o ILP funciona no Reino Unido através do contacto e entrevista a elementos responsáveis por ações neste modelo a nível estratégico e operacional.

Seguidamente apresenta-se também a metodologia de trabalho de investigação, que salienta os procedimentos e técnicas usados para apoiar a recolha de informação, assim como os métodos usados nas diferentes etapas da investigação.

5.2. Metodologia do trabalho de campo

Para que se chegue a um conjunto de determinados objetivos é necessário delinear um caminho a seguir denominado a viagem da investigação, segundo Hill e Hill (2012). É esse caminho que vai balizar as linhas orientadores para o trabalho de investigação científico.

De acordo com Sarmiento (2008), a investigação acaba por ser um diagnóstico que nos revela qual a informação a recolher, registar e analisar e quais as variáveis que se devem selecionar. A realização desta investigação fez uso de diversos métodos de recolha de informação.

Numa primeira fase realizou-se uma análise documental que permitiu definir conceitos para esta investigação, bem como interligá-los nos dois temas centrais, o ILP e as ZUS, de modo a poder-se concluir até que ponto estes dois se conectam e influenciam um ao outro.

A pesquisa de informação sobre o ILP ocorreu tanto a nível interno como externo, dando mais ênfase ao externo, uma vez que está melhor desenvolvido em países como os Estados Unidos da América e Inglaterra.

Assim, a recolha bibliográfica foi maioritariamente direcionada para diversas bibliotecas, especialmente bibliotecas *online*.

O método de observação direta retratou-se ao longo de um período de um mês num Destacamento Territorial.

O método inquisitivo assentou na realização entrevistas semiestruturadas.

5.3. Procedimentos e técnicas

A investigação iniciou-se no mês de março de 2020, através da pesquisa bibliográfica julgada necessária para balizar o planeamento do estudo.

Ao mesmo tempo iniciou-se o contacto com diversos Oficiais ligados à área das Informações, nomeadamente elementos Ingleses, que muito forneceram para o enriquecimento da revisão bibliográfica e nos questionários.

A recolha de toda a bibliografia necessária ocorreu principalmente através de bibliotecas *online*, devido primeiro às bibliotecas nacionais não possuírem os livros e artigos necessários como também devido à situação de pandemia vivida à data.

A metodologia de investigação resume-se à observação direta e à aplicação de inquéritos por questionário.

A observação direta permitiu estabelecer contacto com diversos oficiais que partilharam das suas experiências no terreno e que permitiram perceber ao nível tático e operacional a aplicabilidade do modelo ILP na atualidade vivida pela GNR.

As entrevistas foram realizadas a nível de Comandantes de Destacamento a nível nacional, a um Comandante de Departamento Policial inglês e a elementos das secções de Informações e responsáveis pelo Modelo de Inteligência Nacional a nível inglês.

A escolha dos comandantes de destacamento para aplicação das entrevistas deveu-se a serem os “gestores” dos Destacamentos Territoriais que segundo o modelo ILP, influenciam o direcionamento das patrulhas e da investigação.

5.4. Observação Direta

A observação direta teve por base um período de 28 dias passados no Destacamento Territorial de Aljustrel, no âmbito do estágio do 25º TPO. Durante esse período observou-se a realidade vivida pelos militares da GNR em várias vertentes.

Antes que tudo, percebeu-se a estrutura orgânica do Comando Territorial de Beja e como as informações fluem através deste para os Destacamentos Territoriais e posteriormente para os Postos Territoriais. Observou-se como as Informações influenciam a tomada de decisão e o planeamento de operações, do qual tive a oportunidade de participar também. O contacto com os militares permitiu perceber a sua sensibilidade para recolher qualquer tipo de informação e dados, bem como a perceção dos mesmos para a importância da tarefa.

5.4.1. Entrevistas

Como refere Sarmiento (2008), esta metodologia analisa a opinião de terceiros sobre o objeto da investigação em decurso.

As entrevistas foram divididas em nove questões dos quais se tentou procurar as informações necessárias às perguntas derivadas. A informação será indispensável para realizar uma comparação entre o funcionamento de um Destacamento Territorial e de um Departamento de Polícia londrino a nível da aplicação do ILP em ZUS.

Não foi possível obter mais informação por parte de entrevistados devido a situação de pandemia à data, no entanto, os resultados obtidos permitiram chegar a significantes conclusões.

5.4.2. Métodos utilizados

As entrevistas foram dispostas diretamente nos e-mails enviados a cada entrevistado através tanto do email institucional da GNR como do e-mail pessoal, não tendo sido usado nenhuma ferramenta de encriptação para a realização dos mesmos.

5.5. Síntese

A orientação de diversas pessoas permitiu o desenvolver da investigação, apoiada na análise documental de modo a encaminhar o rumo do estudo.

O trabalho prático baseou-se na realização das entrevistas, com o fim de observar e analisar as diferenças entre a aplicabilidade em Portugal e em Inglaterra. O trabalho de campo também permitiu observar na realidade, a possibilidade da aplicabilidade do modelo.

CAPÍTULO 6. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Concluídas as fases do enquadramento teórico e da metodologia utilizada, o presente capítulo destina-se à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos a partir da comparação do desenvolvimento da atividade operacional orientada pelo comandante do Destacamento Territorial de Almada (E1), pelo comandante do Destacamento Territorial de Aljustrel (E2), pelo comandante do Destacamento Territorial de Tomar (E3) e pelo comandante do Westminster Police Department da zona Oeste (E4).

6.1. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 1

Esta questão teve como objetivo principal, perceber quais as características presentes numa ZUS de modo a se puder inferir as diferenças da atuação neste meio e num meio mais habitual.

De acordo com a análise da questão n.º 1, as características dos locais a analisar são significativamente distintas. Começando pela densidade populacional, as ZUS da ZA do E1, nomeadamente Terras da Costa, Bairro Amarelo, Bairro Branco, Bairro do Asilo 28 de maio, 2º Torrão e Bairro da Cucena, totalizam cerca de 14 mil habitantes, tanto de etnia cigana, como Portugueses e Africanos. Muitos dos moradores são retornados das ex-colónias ultramarinas e vivem em bairros sociais. Em relação ao E2, a junção da população dos bairros – Bairro do Santinho, Bairro da Gaia e Bairro de São João – totaliza cerca de 300 a 400 habitantes de etnia cigana, o que para a vila de Aljustrel já é uma quantidade considerável. Por outro lado, passamos para uma realidade totalmente diferente com um total de cerca de 255 mil³ na zona de Westminster (E4), das quais existem uma multiplicidade de etnias e raças, com um visível crescimento no número de elementos muçulmanos, provenientes das massas migratórias do médio oriente. É visível o crescimento também de zonas em que as forças de segurança londrinas não conseguem aceder sem que sejam confrontados, começando-se a criar uma espécie de microculturas com as suas próprias regras.

³ Estimativas retiradas do Office for National Statistics de 2001 a 2005

6.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 2

A questão n.º 2 tentou perceber se a realidade demográfica e criminal nas zonas de ação dos comandantes tem vindo a aumentar.

Nesta questão, ambos os entrevistados concordam que se tem notado um aumento no número de moradores nas zonas. No entanto, enquanto que nas zonas do E1, o crescimento tem sido muito diminuto nos passados dois anos e sete meses, de acordo com os dados dos Censos, apesar de se verificar a contínua construção de habitações ilegais para posterior ocupação. Em relação ao E2, o número de famílias ciganas a viver nos bairros aumentou, devido à situação do Covid-19, com famílias a emigrar de outros distritos para o de Beja. Em comparação, o Reino Unido está a sofrer uma elevada e contínua vaga migratória de imigrantes e refugiados provenientes do médio oriente, com elevados números a desembarcarem nas suas costas e a alocarem-se junto a comunidades que partilhem dos mesmos valores culturais e religiosos. A criminalidade tanto dentro como fora das ZUS de E1, segundo o entrevistado tem vindo a descer, salientando crimes com tipologias mais graves como criminalidade violenta e grave e roubos. De acordo com E2, a criminalidade manteve-se estável, não tendo havido nem subida nem descida significativa comparada com outros anos. Em Westminster o mesmo não se pode dizer. E4 salienta que quanto mais o número de pessoas, nomeadamente refugiados e imigrantes, aumenta, maior é a criminalidade. As poucas condições que lhes são oferecidas aquando da sua chegada não permitem a sua reinserção cultural, abrigando-se assim nos bairros sociais, onde as condições são precárias e permitem o desenvolvimento e proliferação de atividades criminais, dentro e fora dos bairros.

6.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 3

Esta questão contempla que meios cada força usa ao seu dispor para recolher todo o tipo de informação necessária para posterior processamento.

Quanto a esta questão, os entrevistados E1, E2 e E4 referem o recurso a fontes HUMINT, por exemplo, uso tradicional de seres humanos para recolha de informação, como informadores ou elementos encobertos e o uso de fontes abertas para recolha de informação, como as redes sociais. Todos referem a existência de elementos especializados na investigação criminal através do qual também recolhem informação e o uso das patrulhas para observar o ambiente territorial. E2 refere também a recolha de informações através da deteção de indivíduos que tenham sido apanhados em flagrante delito, muitas vezes

desenvolvendo-se em processos de maior envergadura do qual poderá surgir mais investigação com resultados mais significativos.

6.4. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 4

No que a esta questão diz respeito, o objetivo da mesma foi perceber que tipo de policiamento se efetuam nas ZUS e com que frequência. Começa-se aqui a tentar perceber se existe logo alguma conexão com o modelo em estudo

Conforme E1, o policiamento que se tem vindo a efetuar nas suas ZUS é o normal patrulhamento às ocorrências. Salienta que implementou também uma Equipa de Prevenção de Comportamentos Desviantes com o objetivo específico de efetuar patrulhamento preventivo e que garante elevada visibilidade da GNR nas ZUS, pela abordagem a pessoas e veículos, reduzindo a probabilidade de comportamentos desviantes e ocorrência de ilícitos. E2 refere que partilha do mesmo tipo de patrulhamento que E1 em relação à normal atividade policial diária – patrulhamento normal e patrulhas de ocorrência. Faz uso ocasional de patrulhas para demonstrar visibilidade e presença junto a esses bairros mas sem a especificidade da equipa formada por E1. E4 realiza ações semelhantes, apesar de fazer uso também de patrulhamento apeado, garantindo assim uma maior visibilidade. Para eventos ou situações que precisem de uma força mais musculada, ambos possuem de meios e recursos para verem as situações resolvidas. De notar que, independentemente do número, proporcionalmente o WPD parece ter maior número de elementos uma vez ser possível o uso destes para patrulhamento apeado.

6.5. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 5

Esta questão teve como propósito perceber o nível da criminalidade que se desenvolve tanto dentro como fora destas zonas. Uma vez as ZUS do Dter de Almada e do WPD apresentarem características significativamente diferentes, verificar o que influencia na criminalidade em cada um e que tipo de crimes são mais frequentes.

Apesar da diferença nas características observa-se que tanto na zona de Almada (E1) como em Westminster (E4) existe uma semelhança na tipologia de crimes que se desenvolvem nas áreas. Pode-se observar o que parece ser uma universalidade dentro deste tipo de zonas de tipologias como tráfico de estupefacientes e criminalidade violenta e grave. Salientar que em Westminster verificam-se ainda elevados números de crimes sexuais, comportamentos desviantes e roubos. O mesmo fenómeno parece acontecer nos dois locais

referente à migração do crime de furto em interior de residência, veículo e estabelecimentos para fora das ZUS.

Em relação às zonas de E4, visto ser uma área relativamente inferior, tanto em extensão territorial como em densidade populacional, e como a população por norma se conhecesse toda, os crimes realizam-se maioritariamente fora desses bairros, com uma incidência em furtos de todo o tipo de natureza e com o ocasional confronto entre famílias de etnia cigana.

6.6. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 6

Nesta questão pretendeu-se perceber se existe uma base de dados específica e dirigida aos moradores das ZUS especialmente indivíduos já referenciados. Esta questão está interligada com o mapeamento de indivíduos perigosos de modo a perceber se existe uma constante monitorização das suas atividades.

Em relação à base de dados da Guarda, pode-se inferir que, segundo os entrevistados E1 e E2, grande parte da informação é partilhada através do SIIOP como base que permite a extração de muita informação criminal sobre indivíduos que já tenham cometido ilícitos criminais e que foram posteriormente introduzidos nesta base de dados. O entrevistado E1 refere que existe bases de dados, a nível informal, sobretudo a nível do NIC, com informação relevante a indivíduos perigosos e referenciados. Fora das instituições existem outras bases de dados como a Europol Intelligence System, a base de dados central da Europol de informações criminais. O E4 refere que o WPD realiza pesquisas neste tipo bases de dados sempre que existe suspeita de alguém relacionado com criminalidade organizada ou referenciados por crimes mais gravosos, entrar na sua ZA.

6.7. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 7

O intuito desta pergunta foi perceber se os objetivos dos comandantes estavam alinhados com o cerne do ILP, cerne este o policiamento preventivo como meio de reduzir a criminalidade nas áreas das ZUS.

O policiamento preventivo é algo que em teoria e na prática é exequível quando existe o número de homens suficientes para permitir que haja esse tipo de patrulhas e garantir pelo menos uma outra para ocorrências. Ora, numa unidade com falta de efetivo, este tipo de patrulhamento será mais difícil de realizar. O E1 partilha desta opinião. A falta de efetivo e a aplicação da NEP/GNR 3.01.06 veio a retirar-lhe meios humanos que lhe permitiam

realizar este tipo de patrulhamento. No entanto demonstra a importância deste tipo de patrulhamento. Apesar de não se realizar nos moldes de um sistema como o MIN, é algo que o E1 já implementou através da Equipa de Prevenção de Comportamentos Desviantes, com grandes resultados até à data. Afirma que se verificou um decréscimo na criminalidade em geral das ZUS a seu encargo. De acordo com E2, é um patrulhamento que já se realiza através tanto do normal patrulhamento – patrulhas às ocorrências – como através das ocasionais patrulhas enviadas aos bairros para demonstrar visibilidade. Ao demonstrar presença, notou assim um receio por parte de indivíduos conhecidos por praticar delitos de voltarem a realizá-los. E3, refere que o simples patrulhamento já oferece a visibilidade que se requer para a diminuição da criminalidade, salientando que quanto maior o patrulhamento, menor a criminalidade. Por parte de E4, afirma que faz uso destas diariamente, pois têm esse objetivo específico, oferecer uma grande visibilidade de modo a impactuar positivamente no decréscimo da criminalidade em Westminster. Tendo como referência os hotspots, os direcionamentos das patrulhas serão para essas zonas pois são as que mais recentemente apresentaram elevado nível de criminalidade.

6.8. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 8

Esta questão teve como foco perceber se os comandantes tinham conhecimento do modelo do ILP em específico. O mais importante nesta pergunta era verificar a reação à pergunta por parte do comandante do DTer de Almada, pois é um modelo que em Portugal ainda não se encontra realmente em aplicação, como desenvolvido na prática.

A resposta de E4 permite-nos perceber que apesar do Reino Unido basear o seu policiamento na conceptualização do ILP e no uso doutrinário do MIN como base de toda a sua ação, não descarta os outros modelos. Afirma que é o conjunto deles que permite resolver o maior número de problemas e chegar ao maior número de população. Para E1, afirma que é algo que se realiza diariamente pelos seus militares, não seguindo um modelo quase dogmático como o modelo inglês, mas sim de maneira mais natural e implícita. E2 refere que este modelo é usado por quase todos apesar de não se realizar a direta ligação com o modelo ILP. A recolha de informação prévia, através do NIC ou de outros agentes, materializa-se na aplicação de patrulhas a locais específicos e na realização de operações. E3 partilha da mesma opinião que as anteriores. Refere que se existe informação específica sobre um local ou área, serão enviadas patrulhas para esse local, tal como defende o modelo ILP. Salienta que este modelo é essencial para que a GNR atue de maneira mais eficiente e

eficaz pois permite uma melhor gestão de recursos. Todos realçam a importância deste modelo como ação de policiamento proativo na redução do crime, apesar da falta de efetivo que salienta o comandante E1.

6.9. Apresentação, análise e discussão dos resultados da questão n.º 9

Com esta questão, tentou-se perceber se o mesmo tipo de mapeamento que é usado nas cidades inglesas para sinalizar zonas de risco teria os mesmos benefícios nas ZUS sobre a alçada da GNR. Isto, pois, a caracterização das ZUS são diferentes nos dois países.

E4 refere que numa zona de elevada densidade populacional e de elevada extensão, o mapeamento de hotspots e de zonas de risco permite a um decisor verificar mais facilmente para que zonas deveriam ser projetadas patrulhadas e a que horas, de modo a mostrar visibilidade para reduzir a probabilidade da concretização do crime. Por outro lado, E1, refere uma ideia contrária. Refere que para quem não tem conhecimento da zona de ação, torna-se uma ferramenta excelente, mas para quem já conhece a zona de ação e a criminalidade associada não traz grandes vantagens ao decisor. Note-se que a zona de Westminster e as ZUS de Almada são totalmente diferentes em termos de densidade populacional e de extensão de área. E2 salienta também que para a sua ZA não traria grandes vantagens uma vez que os crimes de furto não apresentam nenhum padrão identificável em que se pudesse usar esse tipo de mapeamento, referindo que o seu uso seria melhor empregue em termos de acidentes de viação. Pode-se verificar aqui então que uma grande diferença entre o ILP ser útil ou não para um decisor ou comandante prende-se à extensão da área e a tipologia criminal associada. Quanto mais informação houver para analisar melhor se enquadra o modelo ILP.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Finalizadas as fases do enquadramento teórico e revisão da literatura, da metodologia, métodos e materiais utilizados e da apresentação, análise e discussão dos resultados segue-se então para a concretização das conclusões.

De acordo com Sarmiento (2013), a fase conclusiva define quais são então as conclusões do trabalho, respondendo-se às PD e à PP, apresentando possíveis limitações colocadas na elaboração da presente investigação e também a sugestão de futuras investigações que poderão ser alvo de realização.

Assim sendo, neste capítulo, procurar-se-á dar resposta às PD e à PP, verificar a confirmação dos objetivos da investigação, tecer as considerações finais e por fim apresentar aquelas as limitações da investigação e as recomendações quanto à realização de futuras investigações.

Resposta às Perguntas Derivadas

No que à PD1: “Porque é a criminalidade mais intensa nas Zonas Urbanas Sensíveis?” diz respeito, poder-se-á concluir, através do capítulo 3, mais propriamente da análise documental e estudo das respostas dos entrevistados às perguntas N.^{os} 1, 2 e 5, que o estado em que as pessoas vivem nestas zonas é a principal razão pela disparidade da criminalidade nestas e noutras zonas. Relativamente ao capítulo 3, foram identificadas diversas características que influenciam o aumento da criminalidade como o baixo nível de escolaridade na população local; um abandono escolar significativo; a procura de trabalho precoce por parte dos jovens; a baixa participação da população ativa em alguns setores; um sentimento de impunidade e fraca opinião das autoridades; uma elevada dependência social; baixos salários, pobreza; habitações degradadas, falta de saneamento. Estas características fomentam o recurso a atividades de sobrevivência como empregos clandestinos, prática de ilícitos criminais, consumo de estupefacientes, furtos, roubos. A análise dos entrevistados face às perguntas anteriormente identificadas veio a confirmar as conclusões tecidas pela análise documental, salientando ainda a multiculturalidade vivida nestas zonas e a densidade populacional elevada face às condições de vida oferecidas. Atualmente pode-se verificar que as diferenças culturais são um dos principais fatores de segregação nas comunidades, criando um sentimento de rejeita.

Em relação à PD2: “Como é aplicado o Intelligence-led Policing no Reino Unido?” poder-se-á afirmar, com base na apresentação e análise documental dos capítulos 1 e 2, que no Reino Unido existe um modelo nacional denominado Modelo De Inteligência Nacional que vai buscar o modo de funcionamento e características ao ILP. O campo da inteligência criminal e o paradigma do policiamento orientado pelas informações estão interligados num constante fluxo. Ambos tentam produzir novo conhecimento através da análise do crime juntamente com a análise de antigo conhecimento de outras fontes, trabalhando com decisores que não são versados na utilização da inteligência do crime. Sincronizam terminologias e convertem as gerações policiais quanto ao valor dos produtos de inteligência que emanam de um escritório e que geralmente são criados por funcionários civis. Neste ambiente em mudança, os modelos ajudam a indústria de inteligência criminal a articular os processos e ideias com os quais se deseja identificar e os relacionamentos essenciais para a redução da criminalidade. O ciclo da inteligência, embora um pilar robusto ao treino e à conceitualização da inteligência criminal, é inadequado para representar a conceptualização dos processos analíticos num ambiente mais amplo de tomada de decisão. Dada a incrível variação nos tipos de agências de aplicação da lei, cada agência torna-se autónoma nesta matéria. No Reino Unido, o modelo de negócios MIN está consagrado na legislação e será atualizado. Importante no ILP, a inteligência estratégica está intrinsecamente ligada ao policiamento orientado pelas informações, materializando-se no MIN.

Quanto à PD 3: “Que vantagens apresenta o modelo de policiamento orientado pelas informações relativamente aos outros?”, a resposta à mesma poderá ser retirada tendo por base a apresentação, análise e discussão de resultados das questões n.^{os} 7, 8 e 9 e pela análise do capítulo 1. Concluiu-se assim que, a existência deste modelo e maior foco atualmente deve-se a uma realidade vivida na necessidade da gestão dos recursos e meios disponíveis nas forças de segurança e com um decréscimo no efetivo destas forças. Este decréscimo veio trazer a necessidade da escolha criteriosa de onde e quando se deverá fazer uso de meios e recursos no combate ao crime de maneira mais eficiente e eficaz, surgindo o policiamento preventivo como solução. Ratcliffe (2008) afirma que a melhor maneira de definir e caracterizar o ILP é começando pelo que não é. No capítulo 1, após as comparações aos outros modelos pode-se inferir que este modelo baseia-se muito na análise de informações e produção de informações para os decisores. Dos modelos analisados é o único com o foco no policiamento preventivo para combater o crime, necessita de uma enorme capacidade analítica por detrás para funcionar, as prioridades são definidas pela inteligência criminal, os alvos são maioritariamente grupos criminais e ofensores graves, problemas criminais e

outras áreas da atuação policial (como na sinistralidade rodoviária). Comparando com os outros modelos, parece que aglomera quase todos os critérios de sucesso num só modelo, identificando-os como a deteção, redução ou prevenção da atividade criminal ou problema. Pela análise nas entrevistas, verifica-se que o uso deste modelo realmente traz a desejada redução criminal que se procura.

Relativamente à PD4: “Como é realizado o patrulhamento destas zonas em Inglaterra? E em Portugal?”, tendo por base a apresentação, análise e discussão de resultados das questões n.ºs 4, 7 e 8 foi possível concluir que diferentes zonas com diferentes características vão implicar diferentes tipos de policiamento, acrescentando os recursos e meios disponíveis às forças. Em Portugal, os comandantes dos Destacamentos Territoriais baseiam a sua atividade policial no normal patrulhamento diário e através das patrulhas de ocorrências. Nestas zonas, é frequente usarem-se patrulhas normais ocasionalmente para demonstrarem visibilidade e presença de modo a impedir que o crime aconteça de todo. Dependendo da gravidade da criminalidade nestas zonas e do efetivo disponível é também possível a concretização de equipas específicas para estes âmbitos como é o caso do E1. Em Inglaterra, a situação já é mais similar ao de E1, no entanto, as equipas que são para lá materializadas existem organicamente devido à complexidade das ZUS inglesas e dos pontos quentes dispersos por elas. A atuação por uma força mais musculada é possível e mais fácil empregar em Inglaterra pois existem Departamentos de Polícia de controlo de tumultos dispersos por toda a zona de Westminster, neste caso.

Resposta à Pergunta de Partida

Uma vez que as PD já foram respondidas anteriormente, encontram-se assim reunidas as condições necessárias para dar resposta à PP, que originou a presente investigação: “Será o modelo de policiamento orientado pelas informações implementado nas polícias de Inglaterra aplicável à GNR no combate à criminalidade em zonas urbanas sensíveis?”.

É necessária uma maior aplicação estratégica para colocar o mundo moderno em contexto. O sentimento de insegurança e a perceção de ameaças sem rosto de todos os cantos aumentou na sociedade, apesar da redução dos níveis da criminalidade e de maior acesso que nunca à informação. Maior uso de dados não criminais e mais abordagem analítica inclusiva pode ajudar a trazer essas áreas, muitas vezes abstratas, da criminalidade e ameaças para um maior foco, permitindo aos comandantes e decisores articular uma visão mais clara dos danos e ameaças reais à sociedade, e gerir melhor os riscos associados. Esta

conceptualização do ILP é a que está na base do MIN em Inglaterra. Ora, o grande número de agentes ao encargo das diversas polícias inglesas permite que este modelo funcione corretamente. Em Portugal, a situação já não é a mesma. Primeiramente, o tipo de ZUS ao encargo da GNR materializam-se em bairros sociais de menor dimensão comparados aos de Inglaterra, onde a entrada de militares será dificultada por parte dos moradores, devido à hostilidade que sentem perante as forças de segurança. Isto significa que policiamento comunitário não irá resultar. Depois, a estrutura por detrás do MIN funciona quase como uma unidade focada na análise estatística e tratamento de informação. A GNR possui os núcleos e secções de investigação criminal, mas não possuem militares suficientes para conseguirem fazer toda a análise estatística, tratamento de dados, finalizando-os numa espécie de produto estratégico que influencie os comandantes territoriais. Sendo assim, chega-se à conclusão de que, atualmente o modelo utilizado pelos Ingleses, o MIN, não é exequível na GNR, nos dias de hoje e tendo em conta a sua atual orgânica. A falta de uma estrutura analítica e falta de efetivo em todas as frentes não permite o uso deste modelo na versão inglesa. No entanto, após breve acompanhamento de diversas patrulhas ao longo dos estágios territoriais pelos quais os Cadetes e Aspirantes passam, é possível verificar-se que de facto, o ILP já é usado e aplicado na GNR. O patrulhamento diário e as patrulhas direcionadas para certos pontos e bairros, as operações realizadas, tudo isto desenvolvido graças aos produtos desenvolvidos e informações obtidas pelas secções e núcleos de investigação criminal, materializam-se numa espécie de ILP mais simples e aplicável aos nossos moldes atuais. Os militares de um núcleo de investigação, de um modo geral, tanto realizam o trabalho de recolha de informação e de analista no tratamento de informação recolhida, que depois será fornecida a um comandante territorial e que poderá direcionar as patrulhas para os locais, apropriadamente, e sem a estrutura monumental do MIN. O objetivo final do ILP é o patrulhamento preventivo para a redução da criminalidade, algo que a GNR já realiza. Para melhor produzir produtos de inteligência e recolha de informação que poderia ser usada pelos comandantes territoriais, no entanto, para além da reposição do efetivo para níveis normais na componente territorial, o reforço da capacidade técnica e dos recursos humanos na investigação criminal na GNR poderia trazer grandes valias ao uso deste modelo tornando a GNR assim numa força de segurança ainda mais eficaz e eficiente.

Confirmação dos Objetivos da Investigação

No que aos objetivos diz respeito, esta investigação, tal como já referido anteriormente, teve como OG perceber o que é que os modelos ILP em Inglaterra possuem de modo a verificar a sua aplicabilidade nas ZUS portuguesas pela GNR.

Para que tal objetivo pudesse ser alcançado, procurou-se de uma forma geral, perceber como é que o ILP funciona a nível das polícias em Inglaterra (OE1) através do capítulo 1 e 2 e da PD2, qual a eficácia do ILP em relação aos outros modelos de policiamento (OE2) por intermédio principalmente do subcapítulos 1.1 e 1.2 e da análise das perguntas de entrevista 7, 8 e 9 e da PD3, o funcionamento do MIN (OE3) pela análise do capítulo 2 e por fim, analisar as ZUS inglesas e portuguesas e retirar ilações quanto ao policiamento nestas (OE4), sobretudo através do capítulo 3 e das entrevistas realizadas aos entrevistados.

Desta forma, poder-se-á concluir que todos os objetivos que foram propostos aquando do início da investigação, foram alvo de resposta.

Considerações Finais

Através da realização da presente investigação, existem sobretudo um conjunto de ideias que são importantes reter. A primeira é que o ILP é um modelo de policiamento que se baseia na recolha e análise da informação que, após tratamento, será usada na tomada de decisão de comandantes territoriais. Os produtos finais das informações são usados na criação de um mapa identificado com pontos quentes de crimes e que depois de analisado, permitem a um decisor realizar as ações necessárias no combate preventivo do crime. É um modelo preditivo do crime com o fim último de reduzir e combater o crime pela sua prevenção.

No Reino Unido o ILP deu origem a um modelo de policiamento denominado Modelo de Inteligência Nacional. O MIN absorve as características do ILP e molda-se à realidade britânica. Toda a ação policial britânica de combate ao crime é esperada que siga dogmaticamente este modelo. É graças a este modelo e ao combate preventivo que muita da criminalidade é combatida em Westminster. Os pontos quentes são identificados espaço e temporalmente num mapa, analisados as tipologias criminais e os comandantes das policias londrinas enviam patrulhas específicas para combater a criminalidade através da sua prevenção.

Em Portugal, apesar de não existir um modelo como o MIN, a GNR aplica o ILP através da recolha da informação e posteriormente tratamento realizadas maioritariamente pelos militares das secções e núcleos de investigação criminal. Essas informações são depois analisadas em conjunto com os comandantes territorialmente competentes e são desenvolvidas ações (patrulhas diárias, equipas especializadas) e/ou operações no combate à criminalidade, tanto de forma preventiva como repressiva.

Desta forma, verifica-se o uso do policiamento orientado pelas informações tanto nas forças de segurança inglesas como na GNR, apesar de os moldes serem significativamente diferentes.

Limitações da Investigação

Durante a elaboração desta investigação, houve um conjunto de limitações impostas à elaboração da mesma, que importa deixar aqui referidas.

Através da realização do enquadramento teórico e da revisão da literatura deu para perceber a complexidade de tanto o ILP como das ZUS. O ILP em Portugal é um modelo ainda em desenvolvimento enquanto que em Inglaterra é um modelo que já está em uso, mas que sofre atualizações regularmente, o que permitiu perceber a dificuldade de uma comparação da aplicação entre instituições dos dois países. Em relação às ZUS, estas apresentam diferenças a nível das características que não permitem a melhor comparação possível.

A maior limitação foi, devido à pandemia vivida à data, não ter sido possível a realização do estudo comparativo presencial, inicialmente proposto, com destino o Departamento de Westminster em Londres, Inglaterra.

Recomendações quanto a Investigações Futuras

Relativamente a Investigações Futuras era de realçar a importância do intercâmbio entre oficiais quanto ao estudo desta matéria. Se o objetivo da GNR é realmente implementar um modelo baseado no ILP, seria uma mais valia poder estudar como todos os elementos dentro do modelo MIN trabalham de modo a se poder obter mais informação sobre o uso de modelos ILP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos e outros documentos

- Avenel, C. (2004). *Sociologie des ‘quartiers sensibles’*. Paris: Armand Colin.
- Barrett, M. (2006). The Need for Intelligence-Led Policing. *Domestic Preparedness Journal*.
- Block, R., and C. Block. 1995. “Space, Place and Crime: Hot Spot Areas and Hot Place of Liquor- Related Crime.” In J.E. Eck and D. Weisburd (eds.), *Crime and Place* (vol. 4, pp. 145–184). Monsey, NY: Criminal Justice Press.
- Brayman, A. (2012). *Social Research Methods* (4.^a Edição). New York: Oxford University Press Inc.
- Carter, D. & Radelet, L. – *The Police and the Community*, prentice hall, 1999, ISBN 0-13-619677-2
- Chainey, S., & Ratcliffe, J. (2005). *GIS and Crime Mapping*. London: Wiley Publishing.
- Chan, J. (2003). Police and new technologies in T. Newburn (Ed.), *Handbook of Policing*. Cullompton: Willan, 655-679.
- Christopher, S. (2004) ‘A practitioner’s perspective of UK strategic intelligence’, in J. H. Ratcliffe (ed), *Strategic Thinking in Criminal Intelligence*. Sydney: Federation Press, pp. 176–192.
- Eck, J., Chainey, S., Cameron, J., Leitner, M., & Wilson, R. (2005). *Mapping Crime: Understanding Hotspots*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice.
- Eck, J.E. 1998. “What Do Those Dots Mean? Mapping Theories With Data.” In D. Weisburd and T. McEwen (eds.), *Crime Mapping and Crime Prevention* (vol. 8, pp. 379–406). Monsey, NY: Criminal Justice Press.
- Eck, J.E., and D. Weisburd. 1995. “Crime Places in Crime Theory.” In J. E. Eck and D. Weisburd (eds.), *Crime and Place* (vol. 4, pp. 1–33). Monsey, NY: Criminal Justice Press.
- Flood, B. (2004) ‘Strategic aspects of the UK National Intelligence Model’, in J. H. Ratcliffe (ed) *Strategic Thinking in Criminal Intelligence*. Sydney: Federation Press.
- Fuentes, C. J. R. (2006). INTELLIGENCE-LED POLICING.

- Gill, P. (2000) *Rounding up the Usual Suspects? Developments in Contemporary Law Enforcement Intelligence*. Aldershot: Ashgate.
- Gill, P. (2000). *Rounding up the Usual Suspects*. Aldershot: Ashgate.
- Grieve, J. (2004) 'Developments in UK criminal intelligence', in J. H. Ratcliffe (ed.), *Strategic Thinking in Criminal Intelligence*. Sydney: Federation Press, pp. 25–36.
- M., & Hill, A. (2012). *Investigação por questionário (2ªEd.)*. Lisboa: Edições sílabo.
- James, A. (2014). Forward to the past: reinventing intelligence-led policing in Britain. *Police practice and research*, 15(1), 75-88.
- John, T. and Maguire, M. (2003). Rolling out the National Intelligence Model: key challenges in K. Bullock and N. Tilley (eds.), *Crime reduction and problem oriented policing*. Cullompton: Willan, 38-66.
- Kleiven, M. (2006). Where's the intelligence in the National Intelligence Model? *International Journal of Police Science and Management* 9 (3), 257-273.
- Leman-Langlois, S., Shearing, C. (2011). *Human Rights Implications of New Developments in Policing*. Monografia requerida pelo International Council on Human Rights Policy.
- Maguire, M. (2008). Criminal Investigation and Crime Control. In T. Newburn (Ed) *Handbook of Policing (2nd Ed)*. Cullompton: Willan.
- Manning, P. (2001). Technology's ways, crime analysis and the rationalising of policing. *Criminal Justice* 1 (1), 83-103.
- National Criminal Intelligence Service (1999). *The National Intelligence Model*. London: NCIS.
- NCPE (2005a) 'Guidance on the National Intelligence Model' (Wyboston, UK: National Centre for Policing Excellence on behalf of ACPO).
- NCPE (2005b) 'National Intelligence Model: Minimum Standards' (London: National Centre for Policing Excellence).
- Peterson, M. (2005). *Intelligence-Led Policing: The New Intelligence Architecture*. Washington: US Department of Justice.
- Ratcliffe, J. (2003). *Intelligence-led Policing: Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*. Canberra: Australian Institute of Criminology.
- Ratcliffe, J. (2008). *Intelligence-led Policing*. USA: William Publishing.
- Reiner, R. (2010). *The Politics of the Police (4th Ed.)*. Oxford: OUP

- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação Aplicada* (2ª Ed). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sheptycki, J. (2004a) 'Organizational pathologies in police intelligence systems: Some contributions to the lexicon of intelligence-led policing', *European Journal of Criminology*, 1:3, pp. 307-332.
- Sherman, L.W. (1995). Hot Spots of Crime and Criminal Careers of Places. In J. Eck and D. Weisburd (Eds.), *Crime and Place* (p. 35-53). Monsey, NY: Criminal Justice Press.
- Skogan, W. (2008). Why reforms fail? *Policing and Society* 18 (1), 13-34.
- Stevens, J. (2001). *Intelligence-led policing*. Monografia apresentada na 2nd World Investigation of Crime Conference. Durban, África do Sul.
- Stevens, J. (2001). *Intelligence-Led Policing*. Paper presented at 2nd World Conference on Modern Criminal Investigation, Organized Crime & Human Rights Durban, África do Sul.
- Taylor, R. (2006). Incivilities reduction policing, zero tolerance, and the retreat from coproduction: weak foundations and strong pressures. In Weisburd, D., Braga, A., *Police Innovation: Contrasting Perspectives*. New York: Cambridge University Press.
- Weisburd, D., & Eck, J. E. (2004). What can police do to reduce crime, disorder, and fear?. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 593(1), 42-65.
- Weisburd, D., and L. Green. 1995. "Policing Drug Hot Spots: The Jersey City Drug Market Analysis Experiment." *Justice Quarterly*, 12(4), 711–736.
- Wilmer M.A.P. (1970). *Crime and Information Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Legislação e outros documentos

- Academia Militar [AM] – Direção de Ensino. (2015). *Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 520/ 4.ª de 11 de maio: Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.

Academia Militar [AM] – Direção de Ensino. (2016). *Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 522/ 1.º de 20 de janeiro: Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Academia Militar.

APÊNDICES

APÊNDICE A- GUIÃO DA ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME:

POSTO:

FUNÇÃO:

- 1.** Que características apresentam as Zonas Urbanas Sensíveis na sua Zona de Ação?
- 2.** Durante o seu comando, o número de residentes tem vindo a aumentar? E a criminalidade?
- 3.** Como é que o WPD obtém informação sobre a criminalidade nesses bairros?
- 4.** Qual o tipo de policiamento que se efetua nessas zonas? Com que frequência?
- 5.** Os crimes normalmente desenrolam-se dentro ou fora desses bairros? Que tipo de crimes e ilícitos são normalmente praticados?
- 6.** Existe alguma base de dados sobre indivíduos referenciados que lá morem? Se sim, que tipo de informação há e a quem é difundida essa informação.
- 7.** Na sua opinião, poderia um policiamento mais preventivo reduzir a criminalidade nestes bairros?

8. Alguma vez colocou em prática o modelo Intelligence-Led Policing/Policiamento orientado pelas Informações? Se sim, qual a sua opinião no modelo?
9. Poderia o recurso a um mapeamento de pontes quentes (áreas sinalizadas onde atividade criminal normalmente se desenvolve) ajudar no planeamento do patrulhamento nesses pontos de modo a reduzir a criminalidade?

APÊNDICE B- JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

Quadro n.º 1 - Justificação da amostra selecionada

| N.º de Entrevistado (E) | Identificação | Função/Cargo | Motivo da Entrevista |
|-------------------------|---|--|---|
| | Posto/ Nome | | |
| 1 | Capitão Luís Tiago de Almeida Maciel | Comandante do Destacamento Territorial de Almada | Comandantes nas suas zonas territoriais onde existe Zonas Urbanas Sensíveis com as quais têm que lidar diariamente através de uma multiplicidade de policiamento. |
| 2 | Capitão José Eduardo Ribeiro E Silva Moreira Portugal | Comandante do Destacamento Territorial de Aljustrel | |
| 3 | Capitão Tiago Miguel Diogo Delgado | Comandante do Destacamento Territorial de Tomar | |
| 4 | Sargento Kevin MacCormick | Comandante do Westminster Police Department (área Oeste) | |

APÊNDICE C- ENTREVISTAS

Quadro n.º 2 – Entrevista E1

| Pergunta | Resposta |
|----------|--|
| 1 | “O DTer Almada possui várias ZUS à sua responsabilidade de policiamento, nomeadamente Terras da Costa (ZA Pter Costa de Caparica), Bairro Amarelo (ZA Pter Trafaria), Bairro |

| | |
|---|---|
| | Branco (ZA Pter Trafaria), Bairro do Asilo 28 de maio (ZA Pter Trafaria), 2º Torrão (ZA Pter Trafaria) e Bairro da Cucena (ZA Pter Paio Pires), sendo todos muito heterogéneos quanto à génese (legal/ilegal), n.º de habitantes e tipo de criminalidade associada, que será tanto maior quanto mais população tiver (em regra, não uma verdade absoluta)”. |
| 2 | <p>“Em 2 anos e 7 meses de Comando do DTer Almada, apesar de os dados dos Censos, oficiais, serem os mesmos, em termos de perceção poderá estar a aumentar muito ligeiramente, residual se compararmos com o total de residentes, pelo facto de nas Terras da Costa e no 2º Torrão continuar a assistir-se à construção de mais casas ilegais, e consequente ocupação.</p> <p>A criminalidade em geral registada felizmente tem vindo a descer, na mesma linha que o restante distrito e país, sendo relevante mencionar, dentro das diferentes tipologias criminais existentes, a criminalidade violenta e grave ocorrida nas ZUS, em especial os roubos, que têm vindo a descer consideravelmente, também noutros locais da ZA do DTer Almada fora das ZUS, principalmente graças ao excelente trabalho desenvolvido pela estrutura IC.</p> <p>Em contraciclo, mantendo-se estável, apesar de não existirem dados estatisticamente tratados sobre isto, de mencionar os atos de hostilidade e criminalidade contra a Guarda ocorridos nas ZUS, nomeadamente agressões, injúrias, resistência e coação, ameaças, utilização de armas, arremesso de objetos contra os militares e viaturas, furtos, danos e outros atos de vandalismo”.</p> |
| 3 | <p>“De diversas formas, mas fundamentalmente através das patrulhas que diariamente andam no terreno e do NIC, quer HUMINT quer OSINT, esta última por via das redes sociais principalmente, sendo a mesma canalizada para o NIC no caso de ser relacionada com suspeitos e/ou processos em curso, ou demais respeitantes à ZA, ou para o NAIIC/SIIC se for de cariz exclusivamente policial ou de situações fora da ZA da Subunidade”.</p> |
| 4 | <p>“Atualmente, o policiamento efetuado nas ZUS materializa-se apenas através das patrulhas às ocorrências diárias, 24h por dia, sendo que antes da implementação da NEP/GNR 3.01.06, implementei por 2 períodos distintos de 3 meses (diligência) a Equipa de Prevenção de Comportamentos Desviantes (EPCD), composta a 5 militares, com o objetivo de efetuar patrulhamento proactivo e de elevada visibilidade nas ZUS, através de abordagens a pessoas e veículos.</p> <p>Na última “edição”, de 23JAN19 e 22ABR19, resultou em 76 detenções, 6 armas apreendidas, e também apreendidas um total de 532,99g Haxixe, 10,54g de Cocaína e 7,27g de Heroína, materializando-se estes números, na prática, numa forte prevenção e repressão de condutas e comportamentos desviantes, que diariamente assolam o sentimento de segurança da população.</p> <p>Para além destes meios, descontinuamente temos reforço de policiamento nas ZUS através do DI Setúbal e das FIR do GIOP/UI”.</p> |
| 5 | <p>“Não existem dados que permitam quantificar isso, contudo, daquilo que podemos diariamente perceber, vai variar consoante o tipo de crime, existindo também o fenómeno da “exportação” de crimes, ou seja, indivíduos provenientes de ZUS que se organizam para a prática de crimes fora delas, regressando à “base” após o ilícito.</p> <p>Dos crimes contra o património, os furtos em interior de residência, veículo e estabelecimentos ocorrem a sua maioria fora das ZUS, quer por indivíduos originários de lá, ou não, sendo que os roubos, se à cerca de 3/4 anos atrás ocorriam predominantemente em ZUS, por indivíduos lá residentes, agora gravitou mais para fora das ZUS, pelos mesmos indivíduos, um exemplo flagrante de “exportação” de criminalidade.</p> <p>Quanto à outra tipologia criminal mais registada, tráfico de estupefacientes, apesar de ser uma prática disseminada por todo o território, é bem mais notório nas ZUS, praticado por indivíduos lá residentes, existindo locais (Terras da Costa, 2º Torrão e Asilo), que a principal fonte de lucro de quem lá reside, direta ou indiretamente, resulta do tráfico de estupefacientes”.</p> |
| 6 | <p>“Excetuando as Terras da Costa e o 2º Torrão, que são de génese ilegal, todas as outras ZUS são compostas por habitação social, pertencentes ou ao Município, Casa Pia de Lisboa ou IHRU, crendo acreditar (pelo menos nos da responsabilidade do Município) que exista um base de dados dos residentes em geral.</p> <p>Quanto a esta Guarda, oficial, apenas existe o SIOP (1.0 e 2.0), que apesar de não ser uma base de dados específica de suspeitos, pode-se extrair de lá essa informação.</p> <p>Informalmente, existem bases de dados próprias, no caso do NIC de Almada, com a informação de todos os indivíduos suspeitos, referenciados, condenados e de interesse, que</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>por algum motivo “interagiram” nesta ZA, quer em Acess, quer em pastas informática e álbuns de fotos, clichés e resenhas.</p> <p>Fora da Subunidade, também existe grande troca de informações entre os demais OPC’s, Tribunais e FFSS congêneres, via DIC.</p> <p>Em todos os casos, seguimos estrita e escrupulosamente o princípio da necessidade de saber, que é fundamental para a credibilidade da Estrutura IC e de Informações”.</p> |
| 7 | <p>“Obviamente que sim, caso existissem mais recursos humanos na rua, devidamente visíveis, instruídos e equipados para a tarefa, algo que infelizmente, e também por via NEP/GNR 3.01.06, não é possível em virtude de 90% do tempo apenas termos patrulhas às ocorrências para policiar a ZA do PTer Trafaria, que não só composta por ZUS.</p> <p>Existe uma enorme margem de crescimento do sentimento de segurança que apenas se consegue com policiamento proativo e de grande visibilidade (e não policiamento de proximidade, que nas ZUS é uma falácia devido ao forte hostilidade contra as Forças de Segurança), e que terá consequências diretas na redução da criminalidade geral, em especial, a criminalidade violenta e grave.</p> <p>Ter meios do 2ºNEOP é bom, contudo têm de estar acompanhados por meios próprios da Subunidade, pois autonomamente são pouco úteis a este propósito”.</p> |
| 8 | <p>“É diariamente praticado pelos militares, numa perspetiva natural, implícita e empírica, sendo que apenas se consegue materializar tal, em toda a sua plenitude com meios proativos, permanentemente, no terreno, para além das patrulhas às ocorrências.</p> <p>Como disse anteriormente, o modelo é bom e útil, principalmente numa zona iminente urbana, pois dispomos de muita informação, mas pouca gente da estrutura IC para a trabalhar e patrulhamento na rua para a implementar”.</p> |
| 9 | <p>“Na Unidade temos esse tipo de informação a ser mensalmente produzida pelo NAIIC/SIIC contudo, a mim, que conheço perfeitamente o terreno e a criminalidade a este associada, não me acrescenta quase nada.</p> <p>Para quem não conhece, e se pretende dar uma imagem visual, é excelente (como p.e. os diagramas de conexão), contudo extrai-se muito pouco desse tipo de mapas, especialmente numa zona densamente populosa e com uma resolução de imagem tão afastada”.</p> |

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 3 – Entrevista E2

| Pergunta | Resposta |
|-----------------|--|
| 1 | “(…) as zonas urbanas sensíveis correspondentes à minha ZA são o Bairro do Santinho, o Bairro da Gaia e o Bairro de São João (…) maioritariamente habitados por ciganos no Bairro do Santinho e da Gaia (…) cerca de 70% no Bairro de São João (…)”. |
| 2 | “(…) aumentou devido à situação do Covid-19 (…) famílias provenientes do Algarve e Lisboa (…) aumento no Santinho (…) criminalidade manteve-se (…)”. |
| 3 | “(…) NIC para fazer vigilâncias (…) flagrante delito (…)”. |
| 4 | “(…) policiamento normal (…) patrulhas de ocorrências (…) ocasional envio de patrulhas para demonstrar visibilidade e presença nos bairros (…)”. |
| 5 | “(…) crimes ocorrem normalmente fora (…) incidência em furtos de toda a natureza (…) ocasionais confrontos entre diferentes famílias de ciganos (…)”. |
| 6 | “(…) única fonte pesquisa usada é o SIIOP para os elementos referenciados (…)”. |
| 7 | “(…) sempre que possível realiza-se para demonstrar visibilidade (…)”. |
| 8 | “(…) através das patrulhas e operações enviadas para essas zonas aquando da obtenção prévia de informações sobre ilícitos (…)”. |
| 9 | “(…) não traria neste caso grandes vantagens em termos dos furtos (…) não há padrão que se possa seguir (…) varia com a oportunidade do furto (…) melhor aplicado em acidentes de viação (…)”. |

Fonte: Elaboração própria.

Quadro n.º 4 – Entrevista E3

| Pergunta | Resposta |
|----------|--|
| 1 | Não se aplica. |
| 2 | Não se aplica. |
| 3 | Não se aplica. |
| 4 | Não se aplica. |
| 5 | Não se aplica. |
| 6 | Não se aplica. |
| 7 | “O policiamento caracterizado, pela visibilidade que garante, tem um efeito preventivo por si só, pelo que considero que a criminalidade tem tendência a diminuir, conforme aumenta o patrulhamento”. |
| 8 | “Sempre que existam informações sobre um local ou área onde esteja a decorrer um determinado fenómeno criminal, pode-se dizer que esse modelo é utilizado, uma vez que o patrulhamento acaba por ser direcionado para aquela zona, com o objetivo de prevenir ou reprimir o fenómeno. O Policiamento orientado pelas Informações, é fundamental para um cumprimento mais eficiente e eficaz da nossa missão, pois permite uma melhor gestão dos meios que temos ao nosso dispor para o cumprimento da mesma.”. |
| 9 | “Sim, o mapeamento é uma ferramenta importante no apoio ao planeamento do patrulhamento, pois permite uma melhor gestão dos recursos de que dispomos, quer humanos, quer materiais”. |

Fonte: Elaboração própria.
Quadro n.º 5 – Entrevista E4

| Pergunta | Resposta |
|----------|---|
| 1 | “Westminster como bairro funciona mais como uma rede de hotspots do que propriamente como uma Zona Urbana Sensível. Pode-se dizer que a zona Oeste de Westminster é uma enorme ZUS, subdividida em pequenas áreas onde o crime ocorre com maior frequência que outras. Em relação às zonas mais problemáticas temos a Bryanston and Dorset Square e Lancaster Gate. Quanto a nível criminal ambas estão nas zonas mais perigosas, com ilícitos criminais que variam desde comportamentos antissociais, roubo, furto, violência e ofensas sexuais. Em relação aos residentes, existem tanto os ordeiros como os desordeiros, estes últimos não partilham de boa opinião das polícias”. |
| 2 | “O número de residentes tem vindo a aumentar apesar de não conseguirmos manter registo de eles todos, uma vez que têm estado a infiltrar-se ilegalmente através das fronteiras marítimas até às zonas residenciais. A predominância é ultimamente de médio oriente. O elevado número de imigrantes e refugiados a requerer asilo, as precárias condições em que se encontram e a falta de um controlo sobre quem entra e quem sai das fronteiras permite que escapem ao radar e se fixem em comunidades onde a maioria já são pessoas da mesma raça, etnia, inclinação religiosa ou valores culturais iguais. A criminalidade aumenta com a chegada de novos imigrantes, vivem em condições precárias, desenvolvem as suas atividades dentro destas comunidades, muitas vezes tráfico de estupefacientes, ofensas sexuais, violência, roubos, vandalismo. As forças de segurança não são bem-vindas por estas comunidades”. |
| 3 | “Fora os informadores que possuímos nas comunidades (HUMINT) e os moradores que apenas querem viver descansados, o envio de patrulhas para diversos locais, o uso de elementos encobertos permite o maior tipo de recolha de informação no local. Usamos também fontes OSINT, com especial preocupação para as redes sociais. A informação é enviada depois para os departamentos ou repartições respetivas, dependentemente da informação recolhida e depois é tratada nesses locais”. |
| 4 | “Fazemos uso de todos os policiamentos possíveis, tanto o envio de patrulhas como ferramenta preventiva como patrulhas para resolver problemas a que nos tenham sido solicitados a sua resolução. Fazemos muito o uso do patrulhamento apeado como patrulhamento preventivo. Existem sempre diversas patrulhas a patrulhar durante as 24 horas do dia. À noite, recolhemos as patrulhas apeadas e mantemos as motorizadas. O WPD possui diversos tipos de elementos prontos a atuar em caso de ser necessário uma atuação mais reforçada, tanto a nível de ordem pública como a nível de perigo de armas de fogo, como uma equipa de operações especiais”. |
| 5 | “Tendo por base a área inteira de Westminster como um bairro, pode-se afirmar que a maior parte dos eventos criminais ocorrem dentro da área. Como disse, nesta vertente a Polícia Metropolitana foca-se mais nos hotspots. É nestes pontos que o crime incide e raramente |

| | |
|---|---|
| | ocorrem fora deles. Os ilícitos com maior preponderância dentro das áreas são os de comportamentos antissociais ou desviantes, roubos, criminalidade violenta, ofensas sexuais e tráfico de estupefacientes. Fora das suas zonas de residência observa-se um elevado número de furtos a residências”. |
| 6 | “Existe uma base de dados específica para elementos referenciados introduzida no MIN. Ela é gerida pelos elementos da investigação criminal e por analistas. A base é atualizada sempre que possível com a identificação dos residentes, moradas e se existirem, crimes associados. A informação da base de dados relevante é partilhada por entre os comandantes dos Departamentos de Londres, outros analistas e elementos da investigação criminal e acessível por outras policias fora de Londres, se requererem o seu uso. É usual usarmos também a Europol Intelligence System quando procuramos ou temos suspeitas de algum individuo que se possa encontrar na nossa zona, mais quando se suspeita de alguém ligado a crime organizado ou a crimes mais gravosos”. |
| 7 | “Realizamo-lo todos os dias através de patrulhas diárias com esse objetivo específico, mostrar visibilidade em certos pontos críticos. O resultado foi o que se esperou, verificou-se aquando do início deste tipo de policiamento que certos ilícitos começaram a baixar ou a desaparecer daquela zona. No entanto um problema surgiu, os crimes migraram para outros locais, de difícil acesso e com maior nível de insegurança para os elementos policiais. Devido a isso, observou-se a necessidade de se constantemente atualizar o mapeamento dos hotspots e das zonas com elevada criminalidade, criando mais rotas para patrulhamento”. |
| 8 | “Usamo-lo em conjunto com os outros modelos. Permitiu poupar muitos recursos, tanto humanos como materiais e aumentar a eficácia e a eficiência da atividade operacional. Apesar de se focar no MIN, que tem como base o ILP, é o uso interligado dos diferentes modelos que permite atingir um maior número de população e de problemas que queremos ver resolvidos. Para tal é necessário ter elementos com conhecimento dos objetivos dos diferentes tipos de policiamento e como eles impactam a população”. |
| 9 | “Numa área como a de Westminster, este tipo de mapeamento é uma mais valia uma vez que é uma forma de usar eficazmente os recursos ao dispor de um comandante (neste caso patrulhas motorizadas). Ao direcionarmos as patrulhas para os hotspots tornamos mais difícil a concretização dos crimes nesses pontos, ou seja, aplicamos corretamente um policiamento preventivo. Há que ter noção, no entanto, que os hotspots migram e o mapeamento está em constante mudança. É uma ferramenta útil mas complexa com um elevado número de analistas por detrás a trabalhar o mapa diariamente.”. |

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE A- GUIÃO DA ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME:

POSTO:

FUNÇÃO:

- 1) Que características apresentam as Zonas Urbanas Sensíveis na sua Zona de Ação?
- 2) Durante o seu comando, o número de residentes tem vindo a aumentar? E a criminalidade?
- 3) Como é que o WPD obtém informação sobre a criminalidade nesses bairros?
- 4) Qual o tipo de policiamento que se efetua nessas zonas? Com que frequência?
- 5) Os crimes normalmente desenrolam-se dentro ou fora desses bairros? Que tipo de crimes e ilícitos são normalmente praticados?

6) Existe alguma base de dados sobre indivíduos referenciados que lá morem? Se sim, que tipo de informação há e a quem é difundida essa informação.

7) Na sua opinião, poderia um policiamento mais preventivo reduzir a criminalidade nestes bairros?

8) Alguma vez colocou em prática o modelo Intelligence-Led Policing/Policiamento orientado pelas Informações? Se sim, qual a sua opinião no modelo?

9) Poderia o recurso a um mapeamento de pontes quentes (áreas sinalizadas onde atividade criminal normalmente se desenvolve) ajudar no planeamento do patrulhamento nesses pontos de modo a reduzir a criminalidade?